

## VOLUME 2

### SECÇÃO 2

#### CONDIÇÕES GERAIS DOS CONTRATOS DE EXECUÇÃO DE OBRAS FINANCIADOS PELO FUNDO EUROPEU DE DESENVOLVIMENTO (FED) OU PELA UNIÃO EUROPEIA

#### ÍNDICE

|  |    |
|--|----|
| DISPOSIÇÕES PRELIMINARES.....  | 4  |
| <b>Artigo 1.º</b> - Definições .....   | 4  |
| <b>Artigo 2.º</b> - Língua do contrato .....                                       | 4  |
| <b>Artigo 3.º</b> - Ordem de precedência dos documentos do contrato.....           | 4  |
| <b>Artigo 4.º</b> - Comunicações .....   | 4  |
| <b>Artigo 5.º</b> - Supervisor e representante do Supervisor .....                 | 4  |
| <b>Artigo 6.º</b> - Cessão .....   | 5  |
| <b>Artigo 7.º</b> - Subcontratação.....  | 6  |
| OBRIGAÇÕES DA ENTIDADE ADJUDICANTE.....  | 7  |
| <b>Artigo 8.º</b> - Entrega de documentos .....                                    | 7  |
| <b>Artigo 9.º</b> - Acesso ao local da obra.....                                   | 7  |
| <b>Artigo 10.º</b> - Assistência em matéria de regulamentação local.....           | 7  |
| <b>Artigo 11.º</b> - Pagamentos em atraso ao pessoal do Adjudicatário .....        | 8  |
| OBRIGAÇÕES DO ADJUDICATÁRIO.....   | 8  |
| <b>Artigo 12.º</b> - Obrigações gerais.....  | 8  |
| <b>Artigo 13.º</b> - Direção da obra.....  | 10 |
| <b>Artigo 14.º</b> - Pessoal .....   | 11 |
| <b>Artigo 15.º</b> - Garantia de execução .....                                    | 11 |
| <b>Artigo 16.º</b> - Seguro .....  | 12 |
| <b>Artigo 17.º</b> - Programa de execução das tarefas .....                        | 13 |
| <b>Artigo 18.º</b> - Discriminação pormenorizada dos preços .....                  | 14 |
| <b>Artigo 19.º</b> - Peças desenhadas e estudos de execução do Adjudicatário ..... | 14 |
| <b>Artigo 20.º</b> - Suficiência dos preços da proposta .....                      | 15 |
| <b>Artigo 21.º</b> - Riscos excepcionais .....                                     | 16 |
| <b>Artigo 22.º</b> - Segurança no local da obra .....                              | 16 |

|  |   |           |
|--|---|-----------|
| <b>Artigo 23.º</b> -                       | Proteção das propriedades adjacentes .....        | 17        |
| <b>Artigo 24.º</b> -                       | Interferência com o trânsito .....                | 17        |
| <b>Artigo 25.º</b> -                       | Cabos e condutas.....                             | 17        |
| <b>Artigo 26.º</b> -                       | Implantação.....                                  | 18        |
| <b>Artigo 27.º</b> -                       | Materiais de demolição .....                      | 18        |
| <b>Artigo 28.º</b> -                       | Achados .....                                     | 19        |
| <b>Artigo 29.º</b> -                       | Obras temporárias .....                           | 19        |
| <b>Artigo 30.º</b> -                       | Estudos geotécnicos .....                         | 19        |
| <b>Artigo 31.º</b> -                       | Sobreposição de contratos.....                    | 19        |
| <b>Artigo 32.º</b> -                       | Patentes e licenças.....                          | 20        |
| <b>EXECUÇÃO DAS TAREFAS E PRAZOS .....</b> |   | <b>20</b> |
| <b>Artigo 33.º</b> -                       | Ordem de início.....                              | 20        |
| <b>Artigo 34.º</b> -                       | Prazo de execução das tarefas .....               | 21        |
| <b>Artigo 35.º</b> -                       | Prorrogação do prazo de execução das tarefas..... | 21        |
| <b>Artigo 36.º</b> -                       | Atraso na execução das tarefas .....              | 22        |
| <b>Artigo 37.º</b> -                       | Alterações .....                                  | 22        |
| <b>Artigo 38.º</b> -                       | Suspensão.....                                    | 24        |
| <b>MATERIAIS E MÃO –DE-OBRA.....</b>       |   | <b>26</b> |
| <b>Artigo 39.º</b> -                       | Livro de obra.....                                | 26        |
| <b>Artigo 40.º</b> -                       | Origem e qualidade da obra e dos materiais .....  | 26        |
| <b>Artigo 41.º</b> -                       | Controlo e ensaio .....                           | 27        |
| <b>Artigo 42.º</b> -                       | Rejeição .....                                    | 28        |
| <b>Artigo 43.º</b> -                       | Propriedade dos equipamentos e dos materiais..... | 28        |
| <b>PAGAMENTOS.....</b>                     |   | <b>29</b> |
| <b>Artigo 44.º</b> -                       | : Princípios gerais.....                          | 29        |
| <b>Artigo 45.º</b> -                       | Contratos por preços provisórios .....            | 31        |
| <b>Artigo 46.º</b> -                       | Pré-financiamento .....                           | 31        |
| <b>Artigo 47.º</b> -                       | Montantes da retenção .....                       | 32        |
| <b>Artigo 48.º</b> -                       | Revisão dos preços.....                           | 32        |
| <b>Artigo 49.º</b> -                       | Medições .....                                    | 33        |

|   |   |           |
|---|---|-----------|
| <b>Artigo 50.º</b> -                                      | Pagamentos intercalares .....   | 34        |
| <b>Artigo 51.º</b> -                                      | Acerto de contas final .....  | 36        |
| <b>Artigo 52.º</b> -                                      | Pagamentos diretos aos subcontratantes .....                                      | 37        |
| <b>Artigo 53.º</b> -                                      | Pagamentos em atraso.....   | 37        |
| <b>Artigo 54.º</b> -                                      | Pagamentos a terceiros.....   | 38        |
| <b>Artigo 55.º</b> -                                      | Pedidos de pagamentos adicionais.....   | 38        |
| <b>Artigo 56.º</b> -                                      | Data final.....   | 39        |
| <b>RECEÇÃO E GARANTIA .....</b>                           |   | <b>39</b> |
| <b>Artigo 57.º</b> -                                      | Princípios gerais.....  | 39        |
| <b>Artigo 58.º</b> -                                      | Ensaio finais .....   | 39        |
| <b>Artigo 59.º</b> -                                      | Receção parcial .....   | 40        |
| <b>Artigo 60.º</b> -                                      | Receção provisória.....   | 40        |
| <b>Artigo 61.º</b> -                                      | Obrigações ao abrigo da garantia.....   | 41        |
| <b>Artigo 62.º</b> -                                      | Receção definitiva.....   | 42        |
| <b>INCUMPRIMENTO E RESCISÃO DO CONTRATO .....</b>         |   | <b>42</b> |
| <b>Artigo 63.º</b> -                                      | Incumprimento do contrato.....  | 42        |
| <b>Artigo 64.º</b> -                                      | Rescisão pela Entidade Adjudicante .....  | 43        |
| <b>Artigo 65.º</b> -                                      | Rescisão pelo Adjudicatário .....   | 45        |
| <b>Artigo 66.º</b> -                                      | Força maior .....   | 46        |
| <b>Artigo 67.º</b> -                                      | Morte.....  | 47        |
| <b>RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL .....</b> |   | <b>47</b> |
| <b>Artigo 68.º</b> -                                      | Resolução de litígios .....   | 47        |
| <b>Artigo 69.º</b> -                                      | Lei aplicável.....  | 48        |
| <b>DISPOSIÇÕES FINAIS .....</b>                           |   | <b>48</b> |
| <b>Artigo 70.º</b> -                                      | Sanções administrativas e financeiras.....  | 48        |
| <b>Artigo 71.º</b> -                                      | Verificação, controlo e auditorias por parte de organismos da União Europeia..... | 48        |

# **DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

## **Artigo 1.º - Definições**

- 1.1. As definições de termos utilizadas nas presentes Condições Gerais são estabelecidas no «Glossário de termos», anexo A1 do Guia Prático dos procedimentos contratuais no âmbito das ações externas da CE, que faz parte integrante do presente contrato.
- 1.2. Considera-se que as rubricas e os títulos das presentes Condições Gerais não fazem parte integrante das mesmas, não sendo tomados em consideração para efeitos da interpretação do contrato.
- 1.3. Sempre que o contexto o permita, considera-se que os termos utilizados no singular incluem o plural e vice-versa e que os termos utilizados no masculino incluem o feminino e vice-versa.
- 1.4. Os termos referentes a pessoas ou Partes abrangem empresas e sociedades, bem como qualquer outra organização dotada de capacidade jurídica.

## **Artigo 2.º - Língua do contrato**

- 2.1. A língua do contrato e de todas as comunicações entre o Adjudicatário, a Entidade Adjudicante e o Supervisor ou os seus representantes será a estipulada nas Condições Especiais.

## **Artigo 3.º - Ordem de precedência dos documentos do contrato**

- 3.1. A ordem de precedência dos documentos do contrato será a estabelecida nas Condições Especiais.

## **Artigo 4.º - Comunicações**

- 4.1. Salvo disposição em contrário das Condições Especiais, as comunicações escritas entre a Entidade Adjudicante e/ou o Supervisor, por um lado, e o Adjudicatário, por outro, devem mencionar a designação e o número de identificação do contrato e ser enviadas por correio, telegrama, telex ou fax, correio eletrónico ou entregues pessoalmente nos endereços indicados para o efeito pelas partes no contrato.
- 4.2. Caso o remetente exija um aviso de receção, deve indicar esse facto na sua comunicação e exigir o referido aviso de receção sempre que haja um prazo para a receção da comunicação. Em qualquer caso, o expedidor deve tomar todas as medidas necessárias para assegurar a receção atempada da comunicação.
- 4.3. Salvo disposição em contrário, sempre que o contrato preveja uma notificação, autorização, aprovação, certificado ou decisão, os mesmos devem ser efetuados por escrito, devendo os termos «notificar», «certificar», «aprovar» ou «decidir» ser interpretados em conformidade. Tais autorizações, aprovações, certificados ou decisões não podem ser recusados ou retardados sem justificação.

## **Artigo 5.º - Supervisor e representante do Supervisor**

- 5.1. O Supervisor deve executar as obrigações especificadas no contrato. Salvo se expressamente previsto no contrato, o Supervisor não tem poderes para eximir o Adjudicatário de qualquer das suas obrigações contratuais.

- 5.2. Ocasionalmente e embora sendo o último responsável, o Supervisor pode delegar no seu representante qualquer das atribuições ou poderes que lhe tenham sido conferidos, podendo a qualquer momento revogar tal delegação ou substituir o seu representante. Tal delegação, revogação ou substituição deve ser efetuada por escrito, só produzindo efeitos após o Adjudicatário ter recebido uma cópia da mesma. A ordem administrativa que determina os deveres, a autoridade e a identidade do representante do Supervisor será emitida no momento da ordem de início dos trabalhos. O papel do representante do Supervisor será o de supervisionar e inspecionar as obras e de testar e examinar os materiais utilizados e a qualidade do trabalho. Em nenhuma circunstância, o representante do Supervisor tem poderes para eximir o Adjudicatário de qualquer das suas obrigações contratuais, nem – salvo autorização expressa das disposições indicadas mais adiante ou outras do contrato – para ordenar a execução de obras que impliquem uma prorrogação do período de implementação das tarefas ou custos suplementares a pagar pela Entidade Adjudicante, nem para introduzir alterações quanto à natureza ou à importância das obras a executar.
- 5.3. Qualquer comunicação transmitida pelo representante do Supervisor ao Adjudicatário em conformidade com a referida delegação produz os mesmos efeitos que se tivesse sido transmitida pelo próprio Supervisor, desde que:
- a) O facto de o representante do Supervisor não ter recusado a aprovação de qualquer obra, materiais ou instalações não prejudique os poderes do Supervisor para recusar a aprovação dessas obras, materiais ou instalações e para dar as instruções necessárias para a sua correção;
  - b) O Supervisor possa anular ou alterar o conteúdo dessa comunicação.
- 5.4. As instruções e/ou ordens escritas do Supervisor serão consideradas ordens administrativas. As referidas ordens devem ser datadas, numeradas e inscritas num registo pelo Supervisor, devendo, se for caso disso, ser entregues em mão cópias das mesmas ao representante do Adjudicatário.

## **Artigo 6.º - Cessão**

- 6.1. A cessão apenas será válida se constar de um acordo escrito pelo qual o Adjudicatário transfere o contrato ou parte dele a um terceiro.
- 6.2. O Adjudicatário não pode, sem o consentimento prévio por escrito da Entidade Adjudicante, ceder o contrato ou qualquer parte do mesmo, ou qualquer benefício ou interesse dele resultante, exceto nos seguintes casos:
- a) Cessão de uma garantia constituída, em favor do banco do Adjudicatário, sobre quaisquer montantes vencidos ou a vencer nos termos do contrato; ou
  - b) Cessão à companhia de seguros do contrato do direito do Adjudicatário a indemnização contra quaisquer pessoas responsáveis, nos casos em que as companhias de seguros não tenham aceite a responsabilidade ou prejuízos do Adjudicatário.
- 6.3. Para efeitos do disposto do artigo 6.º, n.º 2, a aprovação de uma cessão da posição contratual pela Entidade Adjudicante não exime o Adjudicatário das suas obrigações relativamente à parte do contrato já executada ou à parte não cedida, relativamente à qual deve ser mantida a garantia de execução do Adjudicatário.

- 6.4. Caso o Adjudicatário tenha cedido o seu contrato sem autorização, a Entidade Adjudicante pode rescindir o contrato.
- 6.5. Os cessionários devem satisfazer os critérios de elegibilidade aplicáveis à adjudicação do contrato, não podendo ser abrangidos por nenhum dos critérios de exclusão descritos no processo do concurso.
- 6.6. Antes de dar autorização, a Entidade Adjudicante deve obter uma garantia para a execução integral do contrato, uma garantia de pré-financiamento e uma garantia de retenção se necessário, por parte dos cessionários.

## **Artigo 7.º - Subcontratação**

- 7.1. Uma subcontratação só é válida se for objeto de um acordo escrito pelo qual o Adjudicatário confia a um terceiro a execução de uma parte do seu contrato. Simples contratos de aluguer de instalações, apenas de mão-de-obra e de fornecimentos não são considerados «contratos de subcontratação» para efeitos do presente artigo.
- 7.2. O Adjudicatário deve solicitar o consentimento da Entidade Adjudicante para subcontratar. O pedido deve indicar os elementos do contrato a subcontratar e a identidade dos subcontratantes.

No prazo de 30 dias a contar da receção do pedido, a Entidade Adjudicante deve prorrogar o prazo por um máximo de 15 dias ou notificar o Adjudicatário da sua decisão. Se a Entidade Adjudicante não notificar a sua decisão dentro do prazo acima referido, o pedido é considerado aprovado.
- 7.3. Os subcontratantes devem satisfazer os critérios de elegibilidade aplicáveis à adjudicação do contrato, não podendo ser abrangidos por nenhum dos critérios de exclusão descritos no processo do concurso.
- 7.4. Sem prejuízo do disposto no artigo 52.º, a subcontratação não cria relações contratuais entre um subcontratante e a Entidade Adjudicante.
- 7.5. O Adjudicatário é responsável pelos atos, omissões e negligências dos seus subcontratantes e dos seus agentes ou empregados, como se de atos, omissões ou negligências suas, dos seus próprios agentes ou empregados se tratasse. A aprovação pela Entidade Adjudicante da subcontratação de qualquer parte do contrato ou do subcontratante para executar qualquer parte da obra não exime o Adjudicatário de nenhuma das suas obrigações contratuais.
- 7.6. Caso um subcontratante tenha contraído perante o Adjudicatário uma obrigação relativamente à obra executada ou aos bens, materiais, instalações ou serviços fornecidos que se prolongue para além do prazo de garantia previsto no contrato, o Adjudicatário deve transferir imediatamente para a Entidade Adjudicante, após o termo do prazo de garantia, mediante pedido e a expensas da Entidade Adjudicante, o benefício da referida obrigação até que a mesma expire.
- 7.7. Se o Adjudicatário celebrar um contrato de subcontratação sem autorização, a Entidade Adjudicante pode rescindir o contrato.
- 7.8. Se a Entidade Adjudicante ou o Supervisor considerarem que um subcontratante não é competente para executar as tarefas que lhe foram confiadas, podem solicitar ao Adjudicatário que o retire imediatamente da obra e que o substitua por um outro subcontratante com habilitações e experiência que a Entidade Adjudicante considere aceitáveis ou retomar ele próprio a implementação das tarefas.

# **OBRIGAÇÕES DA ENTIDADE ADJUDICANTE**

## **Artigo 8.º - Entrega de documentos**

- 8.1. Salvo disposição em contrário prevista nas Condições Especiais, no prazo de 30 dias a contar da assinatura do contrato, o Supervisor entrega ao Adjudicatário, livre de encargos, uma cópia das peças desenhadas preparadas para a implementação das tarefas, bem como dois exemplares das especificações e dos outros documentos do contrato. O Adjudicatário pode adquirir exemplares adicionais das referidas peças desenhadas, especificações e outros documentos, desde que estejam disponíveis. No momento da receção definitiva, o Adjudicatário deve devolver ao Supervisor todas as peças desenhadas, especificações e outros documentos do contrato.
- 8.2. A Entidade Adjudicante deve colaborar com o Adjudicatário facultando-lhe as informações que este último possa razoavelmente solicitar para efeitos da execução do contrato.
- 8.3. A menos que seja estritamente necessário para efeitos do contrato, as peças desenhadas, as especificações e outros documentos fornecidos pela Entidade Adjudicante não devem ser utilizados nem comunicados a terceiros pelo Adjudicatário sem o consentimento prévio do Supervisor.
- 8.4. O Supervisor tem poderes para emitir ordens administrativas destinadas ao Adjudicatário que integrem os documentos e instruções suplementares necessários à correta e adequada execução da obra e para a reparação de eventuais defeitos.

## **Artigo 9.º Acesso ao local da obra**

- 9.1. Em devido tempo e de acordo com a evolução das obras, a Entidade Adjudicante deve colocar o local da obra e o respetivo acesso à disposição do Adjudicatário, em conformidade com o programa de implementação das tarefas aprovado referido nas presentes Condições Gerais. O Adjudicatário deve conceder um acesso adequado a outras pessoas, tal como estabelecido nas Condições Especiais ou de acordo com instruções dadas.
- 9.2. Nenhum terreno que a Entidade Adjudicante coloque à disposição do Adjudicatário pode ser por este utilizado para fins que não a implementação das tarefas.
- 9.3. O Adjudicatário deve manter em bom estado as instalações colocadas à sua disposição, enquanto as ocupar, devendo, caso solicitado nesse sentido pela Entidade Adjudicante ou pelo Supervisor, repô-las no seu estado original ao concluir o contrato, tendo em conta a deterioração provocada pela sua utilização normal.
- 9.4. O Adjudicatário não tem direito a qualquer pagamento por melhoramentos resultantes de obras executadas por sua própria iniciativa.

## **Artigo 10.º - Assistência em matéria de regulamentação local**

- 10.1. O Adjudicatário pode solicitar a assistência da Entidade Adjudicante para obter cópias das disposições legislativas e regulamentares, bem como informações sobre os costumes locais, diplomas ou legislação subsidiária do país em que as obras devem ser executadas, que possam afetar o Adjudicatário no cumprimento das suas obrigações contratuais. A Entidade Adjudicante pode prestar ao Adjudicatário a assistência solicitada, a expensas deste último.

- 10.2. Sem prejuízo do disposto nas disposições legislativas e regulamentares em matéria de mão-de-obra estrangeira em vigor no país de execução da obra, a Entidade Adjudicante deve prestar uma assistência razoável ao Adjudicatário, a pedido deste, nos pedidos de vistos e autorizações exigidos pela legislação do país de execução da obra, incluindo as autorizações de residência e licenças de trabalho para o pessoal cujos serviços o Adjudicatário e a Entidade Adjudicante considerem necessários, bem como as autorizações de residência para as respetivas famílias.

#### **Artigo 11.º - Pagamentos em atraso ao pessoal do Adjudicatário**

- 11.1. Quando existe um atraso de pagamento aos empregados do Adjudicatário de ordenados e salários devidos e de subvenções e contribuições estabelecidas pela legislação do país de execução das obras, a Entidade Adjudicante poderá avisar o Adjudicatário de que no prazo de 15 dias a contar da data de notificação tenciona pagar esses ordenados, salários, subvenções e contribuições diretamente. Caso o Adjudicatário conteste que esses pagamentos são devidos, deverá apresentar as suas observações à Entidade Adjudicante no prazo de 15 dias. Se a Entidade Adjudicante, depois de ter analisado essas observações, considerar que deve ser efetuado o pagamento dos ordenados e salários, poderá pagar esses ordenados, salários, subvenções e contribuições a partir dos montantes devidos ao Adjudicatário. Caso tal não aconteça, a Entidade Adjudicante poderá obter uma contribuição ao abrigo de qualquer garantia prevista nestas Condições Gerais. Qualquer medida tomada pela Entidade Adjudicante ao abrigo do presente artigo não exime o Adjudicatário das suas obrigações em relação ao seu pessoal, exceto na medida em que qualquer obrigação possa ser satisfeita por esta ação. A Entidade Adjudicante não assumirá qualquer responsabilidade em relação aos empregados do Adjudicatário por esta ação.

## **OBRIGAÇÕES DO ADJUDICATÁRIO**

#### **Artigo 12.º - Obrigações gerais**

- 12.1. O Adjudicatário deve projetar a obra com o devido cuidado e diligência, na estrita observância do disposto no contrato, bem como executá-la e concluí-la e reparar eventuais deficiências, em conformidade com o disposto no contrato e com as instruções do Supervisor.
- 12.2. O Adjudicatário deve dirigir os trabalhos e fornecer o pessoal, os materiais, as instalações, o equipamento e todos os outros elementos, de caráter provisório ou definitivo, necessários para o projeto, bem como para a execução e conclusão da obra e ainda para a reparação de eventuais deficiências, na medida em que tal esteja especificado no contrato ou que dele se possa razoavelmente deduzir.
- 12.3. O Adjudicatário deve assumir plena responsabilidade pela adequação, estabilidade e segurança de todas as operações e métodos de construção previstos no contrato.
- 12.4. O Adjudicatário deve respeitar as ordens administrativas que lhe são dadas. Se o Adjudicatário considerar que as exigências de uma ordem administrativa ultrapassam a autoridade do Supervisor ou o âmbito do contrato, deve comunicá-lo, com a devida fundamentação, ao Supervisor. Se o Adjudicatário não proceder à notificação no prazo de 30 dias a contar da receção da referida ordem, deixará de o poder fazer. Esta notificação não suspende a execução da ordem administrativa.
- 12.5. O Adjudicatário deve fornecer à Entidade Adjudicante, sem demora, a seu pedido, todas as informações e documentos relacionados com as condições de execução do contrato.



- 12.6. O Adjudicatário deve respeitar e cumprir todas as disposições legislativas e regulamentares em vigor no país de execução das obras e assegurar que o seu pessoal, as pessoas a cargo deste último e os seus empregados locais respeitam e cumprem igualmente tais disposições. O Adjudicatário deve indemnizar a Entidade Adjudicante por eventuais reclamações ou processos decorrentes de qualquer infração a tais disposições cometida por ele próprio, pelo seu pessoal ou pelas pessoas a seu cargo.
- 12.7. Sem prejuízo do disposto no artigo 12.º, n.º 9, o Adjudicatário compromete-se a tratar com a maior confidencialidade e a não utilizar nem divulgar a terceiros informações ou documentos relacionados com a execução do contrato sem o consentimento prévio, por escrito, da Entidade Adjudicante. O Adjudicatário continuará sujeito a este compromisso após a conclusão das tarefas e deve obter de todos os membros do seu pessoal o mesmo compromisso.
- 12.8. Se o Adjudicatário for uma empresa comum ou um consórcio constituído por duas ou mais pessoas, todas elas são conjunta e solidariamente responsáveis pelo cumprimento do contrato. A pessoa designada pelo consórcio para agir em seu nome para efeitos do contrato tem poderes para vincular o consórcio. A composição ou a constituição da empresa comum ou do consórcio não pode ser alterada sem o consentimento prévio da Entidade Adjudicante. Qualquer alteração na composição do consórcio efetuada sem o consentimento prévio por escrito da Entidade Adjudicante pode dar origem à rescisão do contrato.
- 12.9. Salvo pedido ou acordo em contrário da Comissão Europeia, o Adjudicatário deve tomar as medidas necessárias para assegurar uma visibilidade adequada do financiamento da União Europeia. Estas medidas devem respeitar as regras do Manual sobre a comunicação e a visibilidade das ações externas da UE publicado pela Comissão Europeia.
- 12.10. Todos os registos devem ser conservados durante um período de 7 anos após o pagamento final efetuado no âmbito do contrato. A não conservação de tais registos pode conduzir à rescisão do contrato.

#### **Artigo 12.º-A: Código Deontológico**

12a.1 O Adjudicatário deve agir sempre com imparcialidade e como conselheiro leal, em conformidade com o código deontológico da sua profissão. Deve abster-se de prestar declarações públicas sobre o projeto ou os serviços, sem o consentimento prévio da Entidade Adjudicante. Não deve, de modo algum, vincular a Entidade Adjudicante sem o consentimento prévio, por escrito, desta última, devendo esclarecer esta obrigação perante terceiros.

12a.2 O Adjudicatário e o seu pessoal devem respeitar os direitos humanos e comprometer-se a não ofender as práticas políticas, culturais e religiosas do país de execução das obras.

12a.3 O Adjudicatário deve respeitar a legislação laboral fundamental internacionalmente aceite, ou seja, as normas laborais fundamentais da OIT, as convenções sobre a liberdade de associação e de negociação coletiva, a eliminação do trabalho forçado, a eliminação da discriminação em matéria de emprego e de profissão e de abolição do trabalho infantil.

12a.4 Nem o Adjudicatário nem qualquer dos seus subcontratantes, agentes ou pessoal podem utilizar os poderes que lhe foram confiados para proveito próprio. Nem o Contratante nem qualquer dos seus subcontratantes, agentes ou pessoal podem receber ou aceitar receber de qualquer pessoa, ou oferecer ou aceitar oferecer a qualquer pessoa, ou obter para qualquer pessoa, presentes, gratificações ou comissões ou benefícios de qualquer tipo a título de incentivo ou de recompensa por realizar ou se abster de realizar qualquer ato relacionado com a execução do contrato ou por mostrar preferência ou má vontade relativamente a qualquer pessoa relacionada com o contrato. O

Janeiro 2013

Adjudicatário deve respeitar toda a legislação, regulamentação e códigos em vigor em matéria de luta contra o suborno e a corrupção.

12a.5 A execução do contrato não deve dar lugar ao pagamento de despesas comerciais extraordinárias. O Adjudicatário e o seu pessoal devem abster-se de exercer qualquer atividade ou de auferir qualquer vantagem incompatível com as suas obrigações contratuais.

12a.6 A Entidade Adjudicante pode realizar todos os controlos documentais ou no terreno que considere necessários para obter provas, em caso de suspeita da existência de despesas comerciais extraordinárias.

#### ***Artigo 12.º-B: Conflito de interesses***

12b.1 O Adjudicatário deve tomar todas as medidas necessárias para impedir ou pôr termo a qualquer situação suscetível de comprometer a execução objetiva e imparcial do contrato. Tal conflito de interesses pode resultar, nomeadamente, de interesses económicos, de afinidades políticas ou nacionais, ou de quaisquer laços familiares ou emocionais ou ainda de qualquer outro tipo de relação ou de comunhão de interesses. Caso surja um conflito de interesses durante a execução do contrato, a Entidade Adjudicante deve ser imediatamente notificada desse facto. Na eventualidade de tal conflito, o Contratante deve tomar imediatamente todas as medidas necessárias para lhe pôr termo.

12b.2 A Entidade Adjudicante reserva-se o direito de verificar se tais medidas são adequadas, podendo exigir que sejam tomadas medidas adicionais, se necessário. O Adjudicatário deve assegurar que o seu pessoal, incluindo os seus quadros, não seja colocado numa situação passível de dar origem a um conflito de interesses. Sem prejuízo das suas obrigações contratuais, o Adjudicatário deve substituir, de imediato e sem direito a qualquer indemnização por parte da Entidade Adjudicante, qualquer membro do seu pessoal exposto a uma tal situação.

12b.3 O Adjudicatário deve abster-se de qualquer contacto suscetível de comprometer a sua independência ou a do seu pessoal.

12b.4 O Adjudicatário deve limitar a sua intervenção no que respeita ao projeto à execução das obras descritas no contrato.

12b.5 O Adjudicatário e qualquer outra pessoa que trabalhe sob a sua autoridade ou controlo na execução do contrato ou em qualquer outra atividade não podem ter acesso a outros financiamentos a partir do orçamento da UE/do FED disponíveis no âmbito do mesmo projeto. Contudo, o Adjudicatário pode participar, após consentimento escrito da Entidade Adjudicante, se puder provar que a sua participação em fases anteriores do projeto não constitui concorrência desleal.

#### ***Artigo 12.º-C: Contratos de conceção e de construção***

12c.1 Unicamente nos casos de contratos de conceção e de construção, o Adjudicatário efetua e assume plena responsabilidade pela conceção das obras, com o apoio de técnicos especializados de experiência comprovada que satisfaçam os critérios definidos pela Entidade Adjudicante. Elabora os documentos técnicos necessários segundo as modalidades definidas nas Condições Especiais e nas especificações técnicas. Esses documentos devem ser submetidos à aprovação do Supervisor, em conformidade com as Condições Especiais, e poderão ser corrigidos a expensas do Adjudicatário por forma a corresponderem às exigências contratuais da Entidade Adjudicante e a eliminarem eventuais erros, omissões, ambiguidades, incoerências ou outros defeitos de conceção. O Adjudicatário assegura a formação do pessoal da Entidade Adjudicante, entrega e atualiza o conjunto dos documentos pormenorizados, bem como os manuais de instruções e funcionamento em conformidade com as Condições Especiais.

### **Artigo 13.º - Direção da obra**

Janeiro 2013

d4p\_annexgc\_pt.doc

- 13.1. A direção da obra é assegurada pelo próprio Adjudicatário ou por um seu representante por ele nomeado para o efeito. Tal nomeação deve ser submetida à aprovação do Supervisor no prazo de 30 dias subsequentes ao anúncio de adjudicação. O Supervisor deve aprovar ou recusar a nomeação no prazo de 10 dias, podendo essa aprovação ser revogada a qualquer momento. Se o Supervisor recusar o representante nomeado dentro do prazo, ou revogar a aprovação da nomeação, deve fundamentar a sua decisão, devendo o Adjudicatário apresentar sem demora uma nomeação alternativa. Considera-se que o endereço do representante do Adjudicatário é o endereço de serviço por ele indicado.
- 13.2. Se o Supervisor revogar a sua aprovação do representante do Adjudicatário, este deve, logo que possível após ter tomado conhecimento dessa revogação, retirar da obra o seu representante e substituí-lo por um outro representante aprovado pelo Supervisor.
- 13.3. O representante do Adjudicatário tem plenos poderes para tomar qualquer decisão necessária para a execução da obra, para receber e executar ordens administrativas e para assinar o livro de obra referido no artigo 39.º ou documentos anexos, se for caso disso. Em qualquer caso, a responsabilidade pela execução satisfatória da obra e pelo cumprimento das especificações e das ordens administrativas pelos seus próprios empregados e pelos seus subcontratantes e respetivos empregados incumbe ao Adjudicatário.

#### **Artigo 14.º - Pessoal**

- 14.1. As pessoas empregadas pelo Adjudicatário devem ser em número suficiente e permitir uma otimização da utilização dos recursos humanos do país de execução da obra. Os referidos empregados devem possuir as qualificações e experiência necessárias à normal prossecução dos trabalhos e à execução satisfatória da obra. O Adjudicatário deve substituir imediatamente todo o pessoal que, na opinião do Supervisor, comunicada numa carta expondo as suas razões, seja suscetível de comprometer a execução satisfatória da obra.
- 14.2. Incumbe ao Adjudicatário tomar as medidas necessárias tendo em vista a contratação de todo o pessoal e mão-de-obra. Os níveis de remuneração e as condições gerais de trabalho, tal como estipuladas na legislação do país de execução das obras, aplicar-se-ão, como condições mínimas, ao pessoal empregado no local da obra.

#### **Artigo 15.º - Garantia de execução**

- 15.1. Salvo disposição em contrário das Condições Especiais, o Adjudicatário deve, juntamente com o exemplar do contrato assinado a devolver, fornecer à Entidade Adjudicante uma garantia que assegure a completa e correta execução do contrato. O montante da garantia é estipulado nas Condições Especiais e deve situar-se entre 5 % e 10 % do preço do contrato, incluindo quaisquer montantes estipulados em adendas ao contrato.
- 15.2. A garantia de execução cobre o pagamento à Entidade Adjudicante de quaisquer prejuízos resultantes do não cumprimento das obrigações contratuais do Adjudicatário.
- 15.3. A garantia de execução deve ser estabelecida na minuta que figura no contrato e pode assumir a forma de garantia bancária, ordem de pagamento bancária, cheque visado, garantia prestada por uma companhia de seguros e/ou sociedade de caução, carta de crédito irrevogável ou depósito em numerário efetuado na conta da Entidade Adjudicante. Se a garantia de execução assumir a forma de garantia bancária, ordem de pagamento bancária, cheque visado ou garantia, deve ser emitida por uma instituição de crédito ou de seguros aprovada pela Entidade Adjudicante.
- 15.4. Salvo disposição em contrário das Condições Especiais, a garantia de execução será expressa nos tipos e proporções das divisas utilizadas para o pagamento do contrato inicial.

- 15.5. Não serão efetuados quaisquer pagamentos a favor do Adjudicatário antes da constituição da garantia. A garantia deve permanecer válida até à data de emissão do acerto de contas final assinado referido no artigo 51.º.
- 15.6. Durante a execução do contrato, se a pessoa singular ou coletiva que presta a garantia não puder honrar os seus compromissos, a garantia deixa de ser válida. A Entidade Adjudicante notificará formalmente o Adjudicatário para que forneça uma nova garantia nos mesmos termos da anterior. Caso o Adjudicatário não forneça uma nova garantia, a Entidade Adjudicante pode rescindir o contrato.
- 15.7. A Entidade Adjudicante exigirá o pagamento a título da garantia de todas as quantias pelas quais o garante seja responsável devido ao incumprimento do contrato por parte do Adjudicatário, em conformidade com os termos da garantia e até ao seu valor. O garante pagará imediatamente e sem direito de oposição tais quantias logo que interpelado nesse sentido pela Entidade Adjudicante. Antes de apresentar qualquer pedido ao abrigo da garantia de execução, a Entidade Adjudicante deve notificar o Adjudicatário, explicando a natureza do incumprimento em que o pedido se baseará.
- 15.8. Salvo disposição em contrário das Condições Especiais, a garantia de execução será liberada no prazo de 45 dias a contar da data de emissão do acerto de contas final referido no artigo 51.º, na sua totalidade, exceto no que diz respeito aos montantes objeto de um procedimento por resolução amigável, de arbitragem ou de litígio.

#### **Artigo 16.º - Seguro**

- 16.1. O Adjudicatário subscreverá um seguro conjunto em nome da Entidade Adjudicante e em seu próprio nome contra quaisquer perdas ou danos por que seja responsável nos termos do contrato. Salvo disposição em contrário prevista nas Condições Especiais, o referido seguro deve cobrir:
  - a) As obras, incluindo os materiais e os equipamentos a incorporar nas obras, pelo respetivo custo total de substituição, contra perdas ou danos ocasionados por qualquer motivo que não seja de força maior ou por riscos imputáveis à Entidade Adjudicante nos termos do contrato;
  - b) Um montante adicional de 15 % do referido custo de substituição ou qualquer outro estipulado nas Condições Especiais, para cobrir eventuais custos adicionais direta ou indiretamente decorrentes da reparação de qualquer perda ou dano, incluindo os honorários e o custo da demolição e remoção de qualquer parte da obra, bem como da remoção de qualquer tipo de entulhos;
  - c) O equipamento do Adjudicatário e outros objetos por ele colocados no local da obra, por um montante suficiente para pagar a sua substituição no local.
- 16.2. O Adjudicatário pode substituir o seguro previsto no artigo 16.º, n.º 1.º, por uma apólice de seguro global que cubra, designadamente, os elementos referidos no artigo 16º, n.º 1, alíneas a), b) e c). Nesse caso, o Adjudicatário notifica o segurador dos direitos à Entidade Adjudicante.

- 16.3. O Adjudicatário subscreverá um seguro para cobrir a sua responsabilidade no que respeita a acidentes de trabalho e à sua responsabilidade civil em relação a qualquer pessoa por ele empregada na obra à Entidade Adjudicante e aos empregados desta última, decorrente da execução do contrato. Em caso de acidentes pessoais, essa responsabilidade será limitada ao montante previsto nas Condições Especiais por ocorrência, sem limite do número de ocorrências. Caso não esteja previsto um montante nas Condições Especiais, a responsabilidade deve ser limitada a 1 milhão de EUR por ocorrência.
- 16.4. O Adjudicatário deve subscrever um seguro que cubra a sua responsabilidade por riscos e a sua responsabilidade civil resultante de qualquer ato ou omissão que lhe seja imputável ou aos seus sucessores legais ou agentes. O montante segurado deve ser, no mínimo, o indicado nas Condições Especiais. Além disso, assegurar-se-á de que todos os seus subcontratantes fizeram um seguro semelhante.
- 16.5. Todos os seguros referidos no presente artigo devem ser efetuados no prazo de 30 dias a contar da notificação da adjudicação do contrato e estão sujeitos à aprovação da Entidade Adjudicante. Os referidos seguros produzem efeitos a partir do início da obra e permanecem em vigor até à receção final da obra. O Adjudicatário deve fornecer imediatamente à Entidade Adjudicante a apólice de seguro e a prova do pagamento regular dos prémios sempre que solicitado nesse sentido pela Entidade Adjudicante ou pelo Supervisor.
- 16.6. Não obstante as suas obrigações em matéria de seguros previstas no artigo 16.º, o Adjudicatário é o único responsável, devendo indemnizar a Entidade Adjudicante e o Supervisor por quaisquer reclamações de terceiros por prejuízos materiais ou danos pessoais resultantes da execução da obra por ele próprio ou pelos seus subcontratantes e empregados.

#### **Artigo 17.º - Programa de implementação das tarefas**

- 17.1. Sem prejuízo de qualquer programa de trabalho apresentado no âmbito da proposta, o Adjudicatário deve, no prazo de 30 dias a contar da data de receção da notificação da data de início das obras, apresentar ao Supervisor um programa de implementação das tarefas discriminado por atividade e por mês. Este programa deve incluir, pelo menos, as seguintes informações:
- a) A ordem pela qual o Adjudicatário se propõe executar as obras;
  - b) Os prazos para apresentação e aprovação das peças desenhadas;
  - c) Um organograma com os nomes, qualificações e curricula vitae do pessoal responsável pelo local da obra;
  - d) Uma descrição geral do método, incluindo a sequência, por mês e por natureza, proposta pelo Adjudicatário para a realização das obras;
  - e) Um projeto de instalação e de organização do local da obra, e
  - f) Outros pormenores e informações que o Supervisor possa razoavelmente exigir.
- 17.2. O Supervisor devolverá estes documentos ao Adjudicatário, juntamente com a sua aprovação, ou com eventuais observações pertinentes, no prazo de 10 dias a contar da data de receção, exceto quando o Supervisor, nesse prazo de 10 dias notificar o Adjudicatário do seu desejo de realizar uma reunião para discutir os documentos apresentados.

- 17.3. Se o Supervisor não notificar a sua decisão, correções ou o seu desejo de convocar uma reunião neste prazo de 10 dias, o programa apresentado é considerado aprovado.
- 17.4 A aprovação do programa pelo Supervisor não exime o Adjudicatário de qualquer das suas obrigações contratuais.
- 17.5. Não pode ser introduzida qualquer alteração importante no programa sem a aprovação do Supervisor. Todavia, se o andamento das obras não respeitar o programa, o Supervisor pode dar instruções ao Adjudicatário no sentido de apresentar um programa revisto, em conformidade com o procedimento previsto no artigo 17.º.

#### **Artigo 18.º - Discriminação pormenorizada dos preços**

- 18.1. Se não estiver estabelecido na sua proposta e sempre que adequado, dentro de um prazo não superior a 20 dias a contar da apresentação do pedido fundamentado do Supervisor, o Adjudicatário deve fornecer uma discriminação das suas tarifas e preços, sempre que tal discriminação seja necessária para efeitos do contrato.
- 18.2. No prazo de 30 dias a contar da notificação da adjudicação do contrato, o Adjudicatário deve fornecer ao Supervisor uma estimativa trimestral pormenorizada do fluxo de caixa, para todos os pagamentos devidos ao Adjudicatário nos termos do contrato. Posteriormente, deve entregar trimestralmente estimativas revistas dos referidos fluxos de fundos, caso o Supervisor assim o exija. Esta comunicação não implica qualquer tipo de responsabilidade para a Entidade Adjudicante ou para o Supervisor.

#### **Artigo 19.º - Peças desenhadas e estudos de execução do Adjudicatário**

- 19.1. O Adjudicatário apresentará ao Supervisor, para aprovação:
- a) As peças desenhadas, documentos, amostras e/ou modelos que estejam especificados no contrato dentro dos prazos e procedimentos aí fixados ou estabelecidos no programa de implementação das tarefas;
  - b) As peças desenhadas que o Supervisor possa razoavelmente exigir para a implementação das tarefas.
  - c) Relativamente às pontes e outras estruturas em betão armado, o Adjudicatário deve mandar efetuar, antes do início da construção das fundações, as sondagens geológicas necessárias. Os resultados dessas sondagens, bem como os cálculos correspondentes devem ser apresentados, em três exemplares, ao Supervisor, pelo menos 30 dias antes da data de início da construção a que se referem.
  - d) O Adjudicatário deve elaborar, a expensas próprias, todos os planos de conceção e construção, bem como outros documentos e objetos que sejam necessários para a execução adequada do contrato e, nomeadamente, as peças desenhadas e os cálculos de projeto, os desenhos das armaduras para as obras em betão armado. As peças desenhadas de construção, conceção e reforço, os cálculos de projeto e quaisquer outros documentos ou objetos a fornecer pelo Adjudicatário serão sujeitos à aprovação do Supervisor, em três exemplares, o mais tardar um mês antes do início previsto das obras a que se referem.

As peças desenhadas, os cálculos de projeto, os objetos e quaisquer outros documentos a apresentar por força das alíneas c) e d) serão devolvidos ao

Janeiro 2013

Adjudicatário no prazo de 15 dias a contar da sua receção pelo Supervisor, quer após o seu visto de aprovação, quer acompanhados das suas eventuais observações.

- 19.2. Caso o Supervisor não notifique a sua decisão de aprovação, referida no artigo 19.º, n.º 1, dentro do prazo estabelecido no contrato ou no programa de implementação das tarefas aprovado, considera-se que as referidas peças desenhadas, documentos, amostras, ou modelos são aprovados no final dos prazos fixados. Caso não seja indicado qualquer prazo, consideram-se aprovados uma vez decorridos 15 dias a contar da sua receção.
- 19.3. As peças desenhadas, documentos, amostras e modelos aprovados serão assinados ou de outro modo identificados pelo Supervisor, devendo ser integralmente respeitados, salvo instruções em contrário dadas pelo Supervisor. Quaisquer peças desenhadas, documentos, amostras ou modelos do Adjudicatário que não sejam aprovados pelo Supervisor serão imediatamente alterados por forma a satisfazer as exigências do Supervisor, a quem voltarão a ser apresentados pelo Adjudicatário para aprovação. O Adjudicatário deve assegurar que os documentos, peças desenhadas, cálculos de projeto, etc. que enviou para aprovação do Supervisor serão corrigidos, ajustados, etc. em função das observações deste último aquando do seu primeiro exame, num prazo de 15 dias a contar da notificação dessas observações. Os documentos, peças desenhadas, cálculos de projeto, etc. deste modo alterados ou ajustados serão novamente apresentados para a aprovação do Supervisor de acordo com o procedimento já referido.
- 19.4. O Adjudicatário fornecerá exemplares adicionais das peças desenhadas aprovadas, na forma e quantidade estipuladas no contrato ou em ordens administrativas posteriores.
- 19.5. A aprovação pelo Supervisor das peças desenhadas, documentos, amostras ou modelos não exime o Adjudicatário de quaisquer das suas obrigações contratuais.
- 19.6. O Supervisor pode, a qualquer momento razoável, inspecionar todas as peças desenhadas, documentos, amostras ou modelos do contrato nas instalações do Adjudicatário.
- 19.7. Antes da receção provisória da obra, o Adjudicatário deve fornecer, juntamente com as peças desenhadas, manuais de funcionamento e manutenção suficientemente pormenorizados para que a Entidade Adjudicante possa utilizar, manter, ajustar e reparar todas as partes da obra. Salvo disposição em contrário prevista nas Condições Especiais, os manuais e as peças desenhadas devem ser elaborados na língua do contrato. Para efeitos da receção provisória, não se considera que a obra esteja concluída enquanto os referidos manuais e peças desenhadas não forem entregues à Entidade Adjudicante.

## **Artigo 20.º - Suficiência dos preços da proposta**

- 20.1. Sem prejuízo de quaisquer disposições adicionais eventualmente estabelecidas nas Condições Especiais, considera-se que, antes de apresentar a proposta, o Adjudicatário inspecionou e examinou o local da obra e a zona circundante, se certificou da natureza do solo e do subsolo, tomou em consideração a forma e a natureza do local, a importância e a natureza dos trabalhos e dos materiais necessários para a realização da obra, os meios de comunicação e acesso ao local da obra e as instalações de que possa necessitar e, de um modo geral, obteve todas as informações necessárias quanto aos riscos, imprevistos e quaisquer outras circunstâncias suscetíveis de influenciar ou afetar a sua proposta.
- 20.2. Considera-se que, antes de apresentar a sua proposta, o Adjudicatário se certificou da respetiva exatidão e suficiência, bem como das tarifas e preços indicados no mapa das quantidades ou na lista de preços, que, salvo especificação em contrário do contrato, devem cobrir todas as suas obrigações contratuais.

- 20.3. Uma vez que se considera que o Adjudicatário definiu os seus preços com base nos seus próprios cálculos, operações e estimativas, incumbe-lhe executar, sem encargos adicionais, qualquer trabalho compreendido numa rubrica da sua proposta relativamente ao qual não tenha apresentado um preço unitário nem um montante fixo.

#### **Artigo 21.º - Riscos excecionais**

- 21.1. Se, durante a execução da obra, o Adjudicatário se deparar com obstáculos artificiais ou condições físicas que não podiam razoavelmente ter sido previstas por um Adjudicatário experiente e se considerar que daí resultarão custos adicionais e/ou que será necessária uma prorrogação do prazo de implementação das tarefas, deve notificar o Supervisor em conformidade com os artigos 35.º e/ou 55.º. Na referida notificação, o Adjudicatário deve especificar as condições físicas e/ou obstáculos artificiais encontrados, fornecendo pormenores sobre os seus efeitos previstos, as medidas que tomou ou tenciona tomar e qual o atraso previsto na execução das obras ou a sua interferência com as mesmas.
- 21.2. Após receber a notificação, o Supervisor pode, nomeadamente:
- a) Solicitar que o Adjudicatário forneça uma estimativa do custo das medidas que tomou ou tenciona tomar;
  - b) Aprovar as medidas a que se refere o artigo 21.º, n.º 2, alínea a), com ou sem alterações;
  - c) Dar instruções por escrito sobre a forma de fazer face às referidas condições físicas ou obstáculos artificiais;
  - d) Ordenar uma alteração, suspensão ou rescisão do contrato.
- 21.3. Na medida em que considere que a totalidade ou parte das referidas condições físicas ou obstáculos artificiais não podiam ter sido razoavelmente previstos por um Adjudicatário experiente, o Supervisor:
- a) Terá em conta qualquer atraso sofrido pelo Adjudicatário em resultado dessas obstruções ou condições na determinação de qualquer prorrogação do prazo de implementação das tarefas a que o Adjudicatário tem direito ao abrigo do artigo 35.º; e/ou
  - b) No caso de obstáculos artificiais ou condições físicas não meteorológicas, determinará os pagamentos adicionais devidos ao Adjudicatário de acordo com o artigo 55.º.
- 21.4. As condições meteorológicas não conferem ao Adjudicatário o direito de reclamar ao abrigo do artigo 55.º.
- 21.5. Caso o Supervisor considere que as condições físicas ou os obstáculos artificiais poderiam ter sido, na totalidade ou em parte, razoavelmente previstos por um Adjudicatário experiente, informará desse facto o Adjudicatário logo que possível.

#### **Artigo 22.º - Segurança no local da obra**

- 22.1. O Adjudicatário tem o direito de proibir o acesso ao local da obra a qualquer pessoa alheia à execução do contrato, com exceção das pessoas autorizadas pelo Supervisor ou da Entidade Adjudicante.



- 22.2. O Adjudicatário deve garantir a segurança no local da obra durante todo o período de execução, cabendo-lhe, no interesse dos seus empregados, dos agentes da Entidade Adjudicante e de terceiros, tomar as medidas necessárias para prevenir qualquer prejuízo ou acidente que possa resultar da execução da obra.
- 22.3. O Adjudicatário deve tomar todas as medidas necessárias, sob a sua própria responsabilidade e a expensas próprias, para garantir a proteção, preservação e manutenção das estruturas e instalações existentes. O Adjudicatário é responsável pelo fornecimento e manutenção, a expensas próprias, de toda a iluminação, proteção, vedações e equipamento de segurança necessárias para a correta implementação das tarefas ou que possam razoavelmente ser exigidas pelo Supervisor.
- 22.4. Se, durante a implementação das tarefas, for necessário tomar medidas urgentes para obviar a quaisquer riscos de acidente ou danos ou para garantir a segurança após qualquer acidente ou dano, o Supervisor deve notificar formalmente o Adjudicatário para que este tome as medidas necessárias. Caso o Adjudicatário não queira ou não possa tomar as medidas necessárias, o Supervisor pode prosseguir a obra a expensas do Adjudicatário, na medida em que seja da sua responsabilidade.

### **Artigo 23.º - Proteção das propriedades adjacentes**

- 23.1. O Adjudicatário deve, sob a sua responsabilidade e a expensas próprias, tomar todas as precauções exigidas pelas boas práticas de construção e pelas condições locais para proteger as propriedades adjacentes e evitar que as mesmas sofram perturbações anormais.
- 23.2. O Adjudicatário deve indemnizar a Entidade Adjudicante pelas consequências financeiras de todas as reclamações apresentadas pelos proprietários ou residentes vizinhos, na medida em que seja responsável e que os danos causados às propriedades adjacentes não resultem de um risco ocasionado pela conceção ou pelo método de construção que lhe tenham sido impostos pela Entidade Adjudicante ou pelo Supervisor.

### **Artigo 24.º - Interferência com o trânsito**

- 24.1. O Adjudicatário deve assegurar que as obras e as instalações não prejudiquem nem obstruam o trânsito em vias de comunicação como estradas, caminhos-de-ferro, vias navegáveis e aeroportos, exceto na medida em que as Condições Especiais o permitam. Em especial, deve ter em conta os limites de carga ao escolher os itinerários e os veículos.
- 24.2. As eventuais medidas especiais para proteção ou reforço de troços de estradas, pistas ou pontes que o Adjudicatário considere necessárias ou que estejam especificadas nas Condições Especiais ou que sejam exigidas pela Entidade Adjudicante ficarão a cargo do Adjudicatário, independentemente de serem ou não por ele realizadas. Antes de executar qualquer medida especial, o Adjudicatário deve informar o Supervisor das medidas que tenciona tomar. A reparação de qualquer dano causado em estradas, pistas ou pontes pelo transporte de materiais, máquinas ou equipamento ficará a cargo do Adjudicatário.

### **Artigo 25.º - Cabos e condutas**

- 25.1. Quando, no decurso da execução da obra, o Adjudicatário encontrar marcas que indiquem o traçado de cabos, condutas e outras instalações subterrâneas, deve manter as referidas marcas onde se encontram ou voltar a colocá-las no mesmo local caso a execução da obra implique a sua remoção temporária. Tais operações requerem a autorização do Supervisor.
- 25.2. O Adjudicatário é responsável pela preservação, remoção e reposição, conforme o caso, dos cabos, condutas e outras instalações especificadas pela Entidade Adjudicante no contrato e pelo custo dessas operações.

- 25.3. Quando a presença de cabos, condutas e outras instalações não tenha sido especificada no contrato mas seja aparente devido à existência de marcas e referências, o Adjudicatário tem um dever geral de proceder com cuidado e obrigações semelhantes às acima referidas no que respeita à sua preservação, remoção e reposição. Neste caso, a Entidade Adjudicante compensá-lo-á pelas despesas, na medida em que tais trabalhos sejam necessários para a execução do contrato.
- 25.4. Todavia, a obrigação de remoção e recolocação dos cabos, condutas e outras instalações, bem como as despesas daí resultantes, não incumbirão ao Adjudicatário se a Entidade Adjudicante decidir aceitar essa responsabilidade. O mesmo se aplica quando esta obrigação e as despesas dela resultantes incumbam a qualquer outro organismo especializado ou a um agente.
- 25.5. Quando a realização de qualquer trabalho no local da obra seja suscetível de prejudicar ou causar perturbações num serviço de utilidade pública, o Adjudicatário deve informar imediatamente o Supervisor por escrito, dando um prazo razoável para que possam ser tomadas medidas adequadas que permitam a normal prossecução dos trabalhos em tempo útil.

## **Artigo 26.º - Implantação**

- 26.1. O Adjudicatário é responsável:
- a) Pela correta implantação da obra em relação a balizas, linhas e níveis de referência indicados pelo Supervisor;
  - b) Pela exatidão da posição, das cotas, das dimensões e do alinhamento de todas as partes da obra; bem como
  - c) Pelo fornecimento de todos os instrumentos, aparelhos e mão-de-obra necessários no que respeita às responsabilidades acima referidas.
- 26.2. Se, em qualquer altura da execução da obra, for detetado qualquer erro na posição, nas cotas, nas dimensões ou no alinhamento de qualquer das suas partes, o Adjudicatário deve, mediante pedido do Supervisor, corrigir o referido erro a expensas próprias e a contento do Supervisor, a menos que o mesmo tenha origem em dados incorretos fornecidos pelo Supervisor. Nesse caso, a Entidade Adjudicante é responsável pelo custo da retificação.
- 26.3. A verificação de qualquer implantação, linha ou cota pelo Supervisor não isenta de modo algum o Adjudicatário da sua responsabilidade pela respetiva exatidão. O Adjudicatário deve proteger e preservar todas as marcas, réguas, estacas e outros elementos utilizados na implantação da obra.

## **Artigo 27.º - Materiais de demolição**

- 27.1. Sempre que o contrato inclua trabalhos de demolição, os materiais e artigos dela resultantes tornar-se-ão propriedade do Adjudicatário, salvo disposição em contrário prevista nas Condições Especiais e sob reserva das disposições do artigo 28.º.
- 27.2. Caso as Condições Especiais reservem à Entidade Adjudicante o direito de propriedade dos materiais ou da totalidade ou parte dos artigos resultantes dos trabalhos de demolição, o Adjudicatário deve tomar todas as precauções necessárias para garantir a sua preservação. O Adjudicatário responde por qualquer destruição ou dano nos referidos materiais ou artigos causados por si próprio ou pelos seus agentes.

- 27.3. Independentemente do uso que a Entidade Adjudicante pretenda dar aos materiais ou artigos cujo direito de propriedade se reserve, todos os custos ocasionados pelo seu transporte e armazenagem no local indicado pelo Supervisor incumbirão ao Adjudicatário, desde que o transporte não ultrapasse 1 000 metros.
- 27.4. Salvo disposição em contrário das Condições Especiais, o Adjudicatário deve ir retirando progressivamente do local da obra, a expensas próprias, o entulho e outros materiais resultantes da demolição, bem como outros resíduos.

#### **Artigo 28.º - Achados**

- 28.1. Os achados de interesse realizados durante os trabalhos de escavação ou de demolição devem ser imediatamente comunicados ao Supervisor. O Supervisor decidirá o destino a dar a esses achados, tendo devidamente em conta a legislação do país de execução das obras.
- 28.2. A Entidade Adjudicante reserva-se o direito de propriedade dos materiais encontrados durante os trabalhos de escavação e de demolição executados em terrenos que lhe pertençam, sob reserva do pagamento de uma compensação ao Adjudicatário pelos esforços especiais por ele desenvolvidos.
- 28.3. Os artefactos, antiguidades e objetos da história natural, moedas ou outros objetos de interesse científico, bem como os objetos raros ou feitos de metais preciosos, encontrados durante os trabalhos de escavação ou demolição pertencem à Entidade Adjudicante.
- 28.4. Em caso de divergência, as qualificações referidas no artigo 28.º n.ºs 1 e 3, incumbem exclusivamente à Entidade Adjudicante.

#### **Artigo 29.º - Obras temporárias**

- 29.1. O Adjudicatário deve executar a expensas próprias todas as obras temporárias necessárias à execução da obra. Deve apresentar ao Supervisor os planos das estruturas temporárias que pretende utilizar, tais como enscadeiras, andaimes, treliças e cofragens. Embora assuma a responsabilidade pelo referido projeto, o Adjudicatário deve tomar em consideração quaisquer observações que lhe sejam feitas pelo Supervisor.
- 29.2. Sempre que as Condições Especiais especifiquem que a conceção de determinadas obras temporárias é da responsabilidade da Entidade Adjudicante, o Supervisor deve fornecer atempadamente ao Adjudicatário todas as peças desenhadas necessárias, por forma a que este último possa empreender as obras temporárias de acordo com o seu programa de trabalhos. Nesses casos, a segurança e viabilidade do projeto incumbem exclusivamente à Entidade Adjudicante, sendo, no entanto, o Adjudicatário o responsável pela sua correta execução.

#### **Artigo 30.º - Estudos geotécnicos**

- 30.1. Sem prejuízo do disposto nas Condições Especiais e nas especificações técnicas, o Adjudicatário colocará à disposição do Supervisor o pessoal e o equipamento necessários à execução de qualquer estudo geotécnico que o Supervisor considere razoavelmente necessário. O Adjudicatário será compensado pelo custo real da mão-de-obra e do equipamento utilizados ou colocados à disposição para o referido trabalho, acrescido de um lucro razoável, caso o mesmo não esteja já previsto no contrato.

#### **Artigo 31.º - Sobreposição de contratos**

- 31.1. Em conformidade com as exigências do Supervisor, o Adjudicatário deve dar a quaisquer outros Adjudicatários e respectivos trabalhadores contratados pela Entidade Adjudicante, bem como aos trabalhadores da Entidade Adjudicante ou de quaisquer outras entidades públicas eventualmente empregados no ou perto do local de execução da obra, todas as oportunidades razoáveis para executarem qualquer trabalho não incluído no contrato ou qualquer contrato que a Entidade Adjudicante possa celebrar relacionado com a obra ou complementar desta última.
- 31.2. No entanto, se, mediante pedido escrito do Supervisor, o Adjudicatário colocar à disposição de qualquer dos referidos Adjudicatários, entidades públicas ou Entidade Adjudicante quaisquer vias ou acessos cuja manutenção lhe incumba ou permitir a utilização de estruturas temporárias, andaimes ou outro equipamento do estaleiro por qualquer das referidas pessoas ou prestar qualquer outro serviço, independentemente da sua natureza, que não tenha sido previsto no contrato, a Entidade Adjudicante deve pagar ao Adjudicatário, pela referida utilização ou serviço montantes que, na opinião do Supervisor, sejam razoáveis e/ou conceder-lhe uma prorrogação do prazo.
- 31.3. O disposto no presente artigo 31.º não exime o Adjudicatário de qualquer das suas obrigações contratuais nem lhe confere o direito a qualquer pedido para além dos previstas no artigo 31.º, n.º 2.
- 31.4. As dificuldades surgidas em relação a um contrato não podem, em caso algum, conferir ao Adjudicatário o direito de alterar ou atrasar a execução de outros contratos. Do mesmo modo, a Entidade Adjudicante não pode tirar partido dessas dificuldades para suspender os pagamentos devidos a título de outro contrato.

#### **Artigo 32.º - Patentes e licenças**

- 32.1. Salvo disposição em contrário prevista nas Condições Especiais, o Adjudicatário deve indemnizar e assegurar que a Entidade Adjudicante e o Supervisor não tem de suportar quaisquer danos ou custos devidos a qualquer reclamação apresentada por terceiros, nomeadamente criadores e intermediários por infrações alegadas ou efetivas de direitos de propriedade industrial, intelectual ou outras, de qualquer tipo, com base na utilização pela Entidade Adjudicante, conforme especificado no contrato, de patentes, licenças, peças desenhadas, projetos, modelos, ou marcas de fábrica ou comerciais, exceto quando a referida infração resultar da observância do projeto ou de especificações fornecidas pela Entidade Adjudicante e/ou pelo Supervisor.

## **IMPLEMENTAÇÃO DAS TAREFAS E PRAZOS**

#### **Artigo 33.º - Ordem de início dos trabalhos**

- 33.1. O Supervisor emite uma ordem administrativa notificando o Adjudicatário da data em que o período de implementação das tarefas deve começar.
- 33.2. Salvo decisão em contrário das Partes, o prazo de implementação das tarefas não deve começar antes de:
- a) Nos termos do disposto no artigo 9.º, o local ou parte do local da obra ter sido colocado à disposição do Adjudicatário, em conformidade com o avanço dos trabalhos estabelecido no programa de execução aprovado pelo Supervisor;
  - b) Os documentos referidos no artigo 8.º, n.º 1, terem sido fornecidos ao Adjudicatário.

- 33.3. Salvo decisão em contrário das Partes, o período de implementação das tarefas deve ter início, o mais tardar, no prazo de 180 dias a contar da notificação da adjudicação do contrato.

#### **Artigo 34.º - Período de implementação das tarefas**

- 34.1. O período de implementação das tarefas será estabelecido nas Condições Especiais sem prejuízo das prorrogações do período suscetíveis de serem concedidas por força do artigo 35.º.
- 34.2. Se para os diversos lotes estiverem fixados períodos de implementação diferentes, nos casos em que for adjudicado mais de um lote ao mesmo Adjudicatário, os períodos de implementação para os vários lotes não serão acumulados.

#### **Artigo 35.º - Prorrogação do período de implementação das tarefas**

- 35.1. O Adjudicatário pode solicitar uma prorrogação do período de implementação das tarefas caso esteja ou possa vir a estar atrasado na conclusão do contrato por qualquer dos seguintes motivos:

- a) Condições meteorológicas excecionais no país da execução das obras, suscetíveis de afetar a implementação das tarefas;
- b) Obstáculos artificiais ou condições físicas que não poderiam ter sido razoavelmente previstas por um Adjudicatário experiente;
- c) Ordens administrativas que afetem a data de conclusão dos trabalhos e não resultem de qualquer incumprimento por parte do Adjudicatário;
- d) Incumprimento por parte da Entidade Adjudicante das suas obrigações contratuais;
- e) Qualquer suspensão dos trabalhos não resultante de uma falta do Adjudicatário;
- f) Força maior;
- g) Quaisquer outros motivos referidos nas presentes Condições Gerais, que não resultem de incumprimento por parte do Adjudicatário.

- 35.2. Caso o Adjudicatário considere que tem direito a uma eventual prorrogação do período de implementação por força do contrato, deve:

- a) Caso tencione apresentar um pedido de prorrogação do período de implementação, notificar o Supervisor da sua intenção de apresentar tal pedido o mais tardar 15 dias após o Adjudicatário ter tido conhecimento, ou dever ter tido conhecimento do evento ou das circunstâncias que dão origem ao pedido.

Caso o Adjudicatário não notifique um pedido da prorrogação do período de implementação dentro desse período de 15 dias, o período de implementação não será prorrogado e a Entidade Adjudicante será eximida de qualquer responsabilidade em relação ao pedido; bem como

- b) Apresentar ao Supervisor elementos completos e pormenorizados do pedido, no prazo de 30 dias a contar da notificação acima referida, salvo

decisão em contrário tomada entre o Adjudicatário e o Supervisor, a fim de que tal pedido possa ser analisado nesse momento.

- 35.3. No prazo de 30 dias a contar da data da receção dos elementos pormenorizados sobre o pedido do Adjudicatário, o Supervisor, por comunicação escrita ao Adjudicatário e após consultar a Entidade Adjudicante e, sempre que adequado, o Adjudicatário, autorizará essa prorrogação do período de implementação das tarefas se tal se justificar, com efeitos futuros ou retroativos, ou informá-lo-á de que não tem direito a qualquer prorrogação.

### **Artigo 36.º - Atraso na implementação das tarefas**

- 36.1. Se o Adjudicatário não concluir a obra dentro do (s) prazo (s) estabelecido (s) no contrato, a Entidade Adjudicante tem direito, sem notificação formal e sem prejuízo de outras reparações estipuladas no contrato, a uma indemnização por cada dia ou parte de dia decorrido entre o termo do período estabelecido para a implementação das tarefas ou o termo da prorrogação do período de implementação das tarefas ao abrigo do artigo 35.º e a data efetiva da conclusão da obra, à taxa e até ao montante máximo fixado nas Condições Especiais. Se a obra tiver sido objeto de uma receção parcial em conformidade com o artigo 59.º, a indemnização contratual especificada nas Condições Especiais pode ser reduzida proporcionalmente ao valor da parte rececionada em relação ao conjunto da obra.
- 36.2. Se a Entidade Adjudicante tiver direito a exigir a indemnização máxima, em conformidade com o disposto no artigo 36.º, n.º 1, pode, após notificar o Adjudicatário:
- a) Executar a garantia de execução; e/ou
  - b) Rescindir o contrato; e
  - c) Celebrar um contrato com um terceiro para executar o resto da obra, a expensas do Adjudicatário.

### **Artigo 37.º - Alterações**

- 37.1. As alterações do contrato devem ser formalizadas mediante uma adenda ao contrato assinada por ambas as Partes ou por uma ordem administrativa dada pelo Supervisor, exceto se as alterações resultarem da aplicação do contrato.
- 37.2. O Supervisor dispõe do poder de emitir ordens para alterar qualquer parte da obra que seja necessária à sua correta conclusão e/ou funcionamento. Essas alterações, efetuadas por ordem administrativa, podem consistir em adições, supressões, substituições e alterações a nível da qualidade, da quantidade, da forma, das características, do tipo, da posição, das dimensões e da planta, bem como alterações na sequência, método ou calendário de execução da obra. Nenhuma ordem administrativa terá por efeito invalidar o contrato, devendo, no entanto, as suas consequências financeiras, caso as haja, ser avaliadas de acordo com o artigo 37.º, n.ºs 5 e 7.
- 37.3. As ordens administrativas devem ser dadas por escrito, ficando implícito que:
- a) Se, por qualquer razão, o Supervisor considerar ser necessário dar uma ordem verbal, deve posteriormente confirmá-la, o mais rapidamente possível, através de uma ordem administrativa;
  - b) Se o Adjudicatário confirmar por escrito uma ordem verbal dada para efeitos do artigo 37.º, n.º 3, alínea a), e essa confirmação não for

imediatamente refutada por escrito pelo Supervisor, considera-se o Supervisor deu uma ordem administrativa;

- c) Não é necessária uma ordem administrativa para aumentar ou diminuir a quantidade de trabalhos, se esse aumento ou diminuição resultar do facto de a quantidade de trabalhos ser superior ou inferior à indicada no mapa das quantidades ou na lista de preços, em resultado da avaliação estabelecida no artigo 49.º.

37.4. Sem prejuízo do disposto no artigo 37.º, n.º 3, antes de emitir qualquer ordem administrativa, o Supervisor deve notificar ao Adjudicatário a natureza e a forma da referida alteração. O Adjudicatário deve enviar, sem demora, ao Supervisor uma proposta por escrito contendo:

- a) Uma descrição das tarefas a realizar, se for caso disso, ou das medidas a tomar, bem como um programa de execução;
- b) As eventuais alterações necessárias do programa de implementação das tarefas ou de qualquer das obrigações do Adjudicatário resultantes do presente contrato; e
- c) Qualquer ajustamento do preço do contrato, em conformidade com o disposto no artigo 37.º.

37.5. Uma vez recebida a proposta do Adjudicatário referida no artigo 37.º, n.º 4, o Supervisor deve decidir, sem demora, após consultar a Entidade Adjudicante e, se for caso disso, o Adjudicatário, se a alteração deve ou não ser aceite. Se o Supervisor aceitar a alteração, notificará o Adjudicatário, mediante uma ordem administrativa determinando que o Adjudicatário deve executar a alteração pelos preços e nas condições estabelecidas na proposta do Adjudicatário referida no artigo 37.º, n.º 4, ou com as alterações eventualmente nela introduzidas pelo Supervisor em conformidade com o disposto no artigo 37.º, n.º 6.

37.6 O Supervisor deve verificar os preços relativos a todas as alterações por ele ordenadas em conformidade com o artigo 37.º, n.ºs 3 e 5, de acordo com os seguintes princípios:

- a) Se a obra for do mesmo tipo e executada nas mesmas condições que outro trabalho incluído no mapa das quantidades de trabalhos ou na lista de preços, será calculado com base nas tarifas e preços aí indicados;
- b) Se a obra não for do mesmo tipo ou se não for executada em condições similares, as tarifas e os preços estipulados no contrato serão utilizados como base de cálculo, na medida do razoável. Caso contrário, o Supervisor procederá a um cálculo equitativo;
- c) Se a natureza ou o preço da alteração em relação à natureza ou ao preço de todo o contrato ou de parte do mesmo forem tais que o Supervisor considere que devido a essa alteração, as tarifas e os preços de qualquer parte do trabalho estipulados no contrato deixaram de ser razoáveis, fixará as tarifas e preços que, dadas as circunstâncias, considere razoáveis e adequados;

- d) Sempre que seja necessário introduzir uma alteração devido a um incumprimento ou violação do contrato por parte do Adjudicatário, os custos adicionais eventualmente imputáveis à referida alteração serão por ele suportados.
- 37.7. Ao receber a ordem administrativa, o Adjudicatário deve executar a alteração solicitada, de acordo com os seguintes princípios:
- a) O Adjudicatário ficará vinculado pelas presentes Condições Gerais, como se a alteração solicitada pela ordem administrativa estivesse estipulada no contrato.
  - b) O Adjudicatário não deve atrasar a execução da ordem administrativa e na pendência da concessão de qualquer prorrogação do prazo de execução ou ajustamento do preço do contrato.
  - c) Sempre que a ordem administrativa preceda o ajustamento do preço do contrato, o Adjudicatário deve manter registos dos custos respeitantes à realização da alteração e do tempo nela despendido. Os referidos registos devem poder ser consultados pelo Supervisor em qualquer momento oportuno.
- 37.8. Quando em situação de receção provisória um aumento ou redução do valor total dos trabalhos resultantes de uma ordem administrativa ou de qualquer outra circunstância que não seja causada por um erro do Adjudicatário, exceder 15 % do preço do contrato inicial (ou conforme alterado por adenda), o Supervisor deve, após ter consultado a Entidade Adjudicante e o Adjudicatário, determinar os eventuais aumentos ou reduções do preço do contrato em consequência da aplicação do artigo 37.º, n.º 6. A quantia assim determinada deve basear-se no montante pelo qual o aumento ou a redução do valor dos trabalhos excede 15 %. O Supervisor deve notificar a quantia à Entidade Adjudicante e ao Adjudicatário, devendo o preço do contrato ser ajustado em conformidade.
- 37.9. O Adjudicatário deve notificar por escrito à Entidade Adjudicante quaisquer alterações da conta bancária. A notificação da eventual alteração da conta bancária deve ser efetuada pelo Adjudicatário utilizando o formulário que figura no Anexo V. A Entidade Adjudicante tem o direito de opor-se à alteração da conta bancária efetuada pelo Adjudicatário.

## **Artigo 38.º - Suspensão**

- 38.1. Suspensão através de ordem administrativa dada pelo Supervisor:

Por ordem do Supervisor, o Adjudicatário suspenderá a execução da obra ou de qualquer parte da mesma pelo período e do modo que o Supervisor considere necessários. A suspensão produzirá efeito no dia em que o Adjudicatário receber a ordem ou numa data posterior, consoante a ordem o estipular. O Supervisor deve, o mais rapidamente possível, dar instruções ao Adjudicatário para retomar o contrato suspenso.

- 38.2. Suspensão por comunicação do Adjudicatário:

Qualquer falta de pagamento por um período superior a 30 dias a contar do termo do prazo fixado no artigo 44.º, nº 3, confere ao Adjudicatário o direito de suspender a obra ou reduzir o ritmo dos trabalhos, mediante notificação prévia



com 30 dias de antecedência à Entidade Adjudicante, e até ter recebido provas suficientes de pagamento ou o pagamento.

A ação do Adjudicatário não deve prejudicar o seu direito a receber juros pelo atraso do pagamento nos termos do artigo 53.º, n.º 1 e a rescisão nos termos do artigo 65.º, n.º 1.

Se o Adjudicatário receber posteriormente tais provas ou o pagamento antes de notificar a rescisão, pode retomar normalmente as obras o mais depressa razoavelmente possível e, salvo acordado em contrário pelas Partes, o mais tardar 30 dias após receber as provas ou o pagamento.

38.3. Suspensão no caso de alegados erros, irregularidades substanciais ou fraudes:

O contrato pode ser suspenso a fim de verificar se os alegados erros ou irregularidades substanciais ou fraudes ocorreram durante o procedimento de adjudicação ou a execução do contrato. Caso não se confirmem, a execução do contrato será retomada na sequência desta verificação.

38.4. Durante o período de suspensão, o Adjudicatário deve tomar as medidas necessárias tendo em vista a proteção da obra, das máquinas, do equipamento e do estaleiro contra qualquer deterioração, perda ou dano. As despesas suplementares incorridas em consequência da tomada das referidas medidas de proteção podem ser adicionadas ao preço do contrato, a menos que:

- a) O contrato preveja outras disposições relativamente à suspensão; ou
- b) Tal suspensão seja necessária devido a qualquer violação ou incumprimento por parte do Adjudicatário; ou
- c) Tal suspensão seja necessária devido a condições climatéricas normais no local da obra; ou
- d) Tal suspensão seja necessária para a segurança ou a correta execução da obra ou de qualquer parte da mesma, na medida em que tal necessidade não resulte de qualquer ato, violação ou incumprimento do Supervisor ou da Entidade Adjudicante ou de qualquer dos riscos excecionais a que se refere o artigo 21º, ou
- e) Os alegados erros, irregularidades substanciais ou fraudes referidos no artigo 38.º, n.º 3, sejam confirmados e imputáveis ao Adjudicatário.

38.5. O Adjudicatário introduzirá pedidos para pagamentos adicionais ou para a prorrogação do prazo de execução, em conformidade com os artigos 35.º e 55.º.

38.6. Caso o período de suspensão exceda 180 dias e não resulte de uma falta ou infração do Adjudicatário, este último pode, mediante notificação ao Supervisor, solicitar autorização para prosseguir com o contrato num prazo de 30 dias ou rescindir o contrato.

38.7. A Entidade Adjudicante deve, o mais rapidamente possível, ordenar ao Adjudicatário que retome o contrato suspenso ou informar o Adjudicatário da rescisão do contrato.

## **MATERIAIS E MÃO-DE-OBRA**

### **Artigo 39.º - Livro de obra**

- 39.1. Salvo disposição em contrário das Condições Especiais, o Supervisor deve manter no estaleiro um livro de obra em que registrará, pelo menos, as seguintes informações:
- a) As condições meteorológicas, as interrupções do trabalho devidas a mau tempo, as horas de trabalho, o número e categoria de trabalhadores empregados no local da obra, os materiais fornecidos, o equipamento utilizado, o equipamento avariado, os ensaios realizados no local, as amostras enviadas, as circunstâncias imprevistas, bem como as ordens dadas ao Adjudicatário;
  - b) As declarações pormenorizadas de todos os elementos quantitativos e qualitativos referentes ao trabalho realizado e aos fornecimentos entregues e utilizados suscetíveis de serem verificados no local da obra e pertinentes para o cálculo dos pagamentos a fazer ao Adjudicatário.
- 39.2. As referidas declarações farão parte integrante do livro de obra, podendo, sempre que necessário, ser registadas em documentos separados. As normas técnicas para a elaboração dessas declarações são definidas nas Condições Especiais.
- 39.3. Compete ao Adjudicatário a elaboração, em tempo útil e em conformidade com as Condições Especiais, das declarações respeitantes aos trabalhos, serviços e fornecimentos que não possam ser quantificados ou verificados posteriormente. Caso não as elabore, deve aceitar as decisões do Supervisor, a menos que forneça, a expensas próprias, prova em contrário.
- 39.4. Os registos introduzidos no livro de obra em função do avanço dos trabalhos serão assinados pelo Supervisor e pelo Adjudicatário ou pelo seu representante. Em caso de contestação por parte do Adjudicatário, este deve comunicar a sua opinião ao Supervisor, no prazo de 15 dias a contar da data da realização do registo ou das relações contestadas. Caso o Adjudicatário não assine ou não apresente as suas observações no prazo previsto para o efeito, considera-se que concorda com as anotações feitas no livro de obra. O Adjudicatário pode examinar o livro de obra a qualquer momento, bem como, sem retirar qualquer documento, fazer ou receber as cópias pertinentes que considere necessárias para sua própria informação.
- 39.5. Mediante pedido, o Adjudicatário deve fornecer ao Supervisor todas as informações necessárias para manter em dia o livro de obra.

### **Artigo 40.º - Origem e qualidade da obra e dos materiais**

- 40.1. Salvo se nas Condições Especiais estiverem previstas outras disposições, os bens adquiridos no âmbito do contrato devem ser originários de um país elegível, tal como definido no anúncio de concurso. O Adjudicatário deve certificar que os bens propostos cumprem este requisito, especificando o país de origem. A este respeito, podem ser-lhe solicitadas informações mais pormenorizadas.
- 40.2. A obra, os componentes e os materiais devem corresponder às especificações, peças desenhadas, levantamentos, modelos, amostras, padrões e outros requisitos do contrato, que serão mantidos à disposição da Entidade Adjudicante ou do Supervisor, para efeitos de identificação, durante todo o período de execução da obra.

- 40.3. Qualquer receção técnica preliminar estipulada nas Condições Especiais deve ser objeto de um pedido do Adjudicatário ao Supervisor. O pedido deve indicar a referência do contrato, o número do lote e o local de realização da receção, conforme o caso. O Supervisor deve certificar que os componentes e os materiais especificados no pedido satisfazem os requisitos para essa receção antes da sua incorporação na obra.
- 40.4. Ainda que os materiais ou elementos a incorporar na obra ou no fabrico dos componentes tenham sido tecnicamente rececionados deste modo, podem ser rejeitados, devendo ser imediatamente substituídos pelo Adjudicatário, caso um exame posterior revele defeitos ou deficiências. Pode ser dada ao Adjudicatário a oportunidade de reparar e recuperar materiais e elementos que tenham sido rejeitados, embora estes não possam ser aceites para incorporação na obra se tiverem sido reparados e recuperados a contento do Supervisor.

#### **Artigo 41.º - Inspeção e ensaio**

- 41.1. O Adjudicatário deve garantir a entrega atempada dos componentes e dos materiais no local da obra, por forma a permitir que o Supervisor proceda à sua receção. Considera-se que o Adjudicatário avaliou cabalmente as dificuldades que poderia vir a encontrar a este respeito, não lhe sendo permitido invocar quaisquer motivos para justificar eventuais atrasos no cumprimento das suas obrigações.
- 41.2. O Supervisor tem o direito de inspecionar, examinar, medir e ensaiar os componentes, os materiais e a mão-de-obra, bem como de controlar o avanço da preparação ou fabrico de tudo o que esteja a ser preparado ou fabricado para entrega ao abrigo do contrato, por forma a verificar se os componentes, os materiais e a mão-de-obra correspondem à qualidade e quantidade requeridas. Este direito será exercido no local de fabrico ou de preparação ou no local da obra ou ainda em quaisquer outros locais especificados nas Condições Especiais.
- 41.3. Para efeitos dos referidos ensaios e inspeções, o Adjudicatário deve:
- a) Colocar à disposição do Supervisor, temporária e gratuitamente, a assistência, as amostras para ensaio, as peças, as máquinas, o equipamento, as ferramentas, a mão-de-obra, os materiais, as peças desenhadas e os dados de fabrico normalmente necessários para a realização de inspeções e ensaios;
  - b) Chegar a acordo com o Supervisor quanto à data e ao local dos ensaios;
  - c) Permitir, a qualquer momento razoável, o acesso do Supervisor ao local de realização dos ensaios.
- 41.4. Caso o Supervisor não esteja presente na data acordada para os ensaios, o Adjudicatário pode, salvo ordem em contrário recebida do Supervisor, proceder aos ensaios, considerando-se que os mesmos foram realizados na presença do Supervisor. O Adjudicatário enviará imediatamente cópias devidamente autenticadas dos resultados dos ensaios ao Supervisor que, caso não tenha assistido aos ensaios, ficará vinculado pelos respetivos resultados.
- 41.5. Depois de os componentes e os materiais terem sido submetidos aos ensaios acima referidos, o Supervisor notificará o Adjudicatário ou visará o certificado preparado por este último para o efeito.

- 41.6. Em caso de desacordo entre o Supervisor e o Adjudicatário quanto à interpretação dos resultados dos ensaios, cada um deles comunicará ao outro o seu ponto de vista, no prazo de 15 dias a contar do aparecimento do diferendo. O Supervisor ou o Adjudicatário podem exigir a repetição dos ensaios nas mesmas condições ou, mediante pedido de qualquer das partes, a sua realização por um perito a escolher de comum acordo. Todos os relatórios de ensaios serão apresentados ao Supervisor, que comunicará imediatamente os respetivos resultados ao Adjudicatário. Os resultados da repetição dos ensaios são conclusivos. O custo da repetição dos ensaios será suportado pela Parte cuja opinião se revelou errada.
- 41.7. No exercício das suas funções, o gestor do projeto e todas as pessoas por ele autorizadas só revelarão as informações por eles obtidas, no âmbito das suas inspeções e ensaios dos métodos de fabrico e funcionamento da empresa às pessoas que tenham o direito de conhecer essas informações.

#### **Artigo 42.º - Rejeição**

- 42.1. Os componentes e os materiais que não sejam da qualidade especificada serão rejeitados, podendo ser-lhes aposta uma marca especial, que não deve ser de molde a alterar ou afetar o valor comercial destes bens. Os componentes e materiais rejeitados serão removidos do local da obra pelo Adjudicatário, num prazo fixado pelo Supervisor. Caso o não sejam, serão removidos pelo Supervisor por conta e risco do Adjudicatário. Qualquer obra que inclua componentes ou materiais não aprovados será rejeitada.
- 42.2. Durante a execução da obra e antes da sua receção, o Supervisor tem poderes para ordenar ou decidir:
- a) A remoção do local da obra, nos prazos especificados na ordem em questão, de quaisquer componentes ou materiais que, em sua opinião, não estejam em conformidade com o contrato;
  - b) A substituição por componentes ou materiais adequados e em devidas condições; ou
  - c) A demolição e a correta reexecução ou a reparação satisfatória, independentemente de quaisquer ensaios prévios ou pagamentos intercalares, de qualquer obra no que respeita a componentes, materiais, mão-de-obra ou conceção pelos quais o Adjudicatário seja responsável, que, na opinião do Supervisor, não esteja de acordo com o contrato.
- 42.3. O Supervisor deve, logo que seja razoavelmente possível, comunicar por escrito ao Adjudicatário a sua decisão, dando informações pormenorizadas sobre os defeitos alegados.
- 42.4. O Adjudicatário deve corrigir sem demora e a expensas próprias os defeitos assim especificados. Caso o Adjudicatário não execute a referida ordem, a Entidade Adjudicante tem o direito de contratar outras pessoas para a executarem e de deduzir todas as despesas com ela direta ou indiretamente relacionadas, de quaisquer montantes devidos ou que possam vir a ser devidos ao Adjudicatário.
- 42.5. O disposto no artigo 42.º não prejudica o direito de a Entidade Adjudicante fazer valer os seus direitos ao abrigo dos artigos 36.º e 63.º.

#### **Artigo 43.º - Propriedade das instalações e dos materiais**

- 43.1. Considera-se que todo o equipamento, estruturas temporárias, instalações e materiais fornecidos pelo Adjudicatário e levados para o local da obra se destinam exclusivamente à respetiva execução, não podendo ser total ou parcialmente removidos pelo Adjudicatário, sem o consentimento do Supervisor, exceto para serem mudados de um local para outro da obra. Tal consentimento não será, todavia, necessário no que respeita aos veículos utilizados no transporte de pessoal, equipamento, estruturas temporárias, instalações ou materiais de ou para o local da obra.
- 43.2. As Condições Especiais podem prever que todo o equipamento, estruturas temporárias, instalações e materiais que se encontram no local da obra e que sejam propriedade do Adjudicatário ou de qualquer empresa por ele controlada, durante o período de execução da obra:
- a) Revertam para a Entidade Adjudicante; ou
  - b) Sejam objeto de direito de retenção em favor da Entidade Adjudicante; ou
  - c) Sejam sujeitos a qualquer outro acordo que envolva um privilégio creditório ou outra garantia.
- 43.3. Em caso de rescisão do contrato em conformidade com o artigo 63.º por incumprimento por parte do Adjudicatário, a Entidade Adjudicante tem o direito de utilizar o equipamento, as estruturas temporárias, as instalações e os materiais existentes no local da obra para a sua conclusão.
- 43.4. Qualquer contrato celebrado pelo Adjudicatário tendo em vista o aluguer de equipamento, estruturas temporárias, instalações ou materiais a utilizar no local da obra deve incluir uma cláusula estipulando que, mediante pedido por escrito da Entidade Adjudicante, efetuado no prazo de 7 dias a contar da data em que a rescisão do contrato produza efeitos ao abrigo do artigo 64.º, e a assunção de um compromisso por parte da Entidade Adjudicante de tomar a seu cargo todas as despesas de aluguer a partir dessa data, o respetivo proprietário alugará esse equipamento, estruturas temporárias, instalações ou materiais, à Entidade Adjudicante, nas mesmas condições em que tenham sido alugados ao Adjudicatário, permitindo, no entanto, que a Entidade Adjudicante autorize a sua utilização por qualquer outro Adjudicatário por ela contratado tendo em vista a conclusão da obra, em conformidade com as disposições do artigo 64.º, n.º 3.
- 43.5. Em caso de rescisão do contrato antes da conclusão da obra, o Adjudicatário deve entregar à Entidade Adjudicante quaisquer instalações, estruturas temporárias, equipamento ou materiais cuja propriedade deva reverter para a Entidade Adjudicante ou que sejam objeto de um direito de retenção por força do disposto no artigo 43.º, n.º 2. Caso o não faça, a Entidade Adjudicante pode tomar as medidas que considere apropriadas para obter a posse das referidas instalações, estruturas temporárias, equipamento e materiais e reaver do Adjudicatário os montantes que tenha despendido para o efeito.

## **PAGAMENTOS**

### **Artigo 44.º - Princípios gerais**

- 44.1. Os pagamentos serão efetuados em euros ou em moeda nacional, em conformidade com as Condições Especiais. As condições administrativas ou técnicas que regem o pagamento de pré-financiamentos, os pagamentos intermédios e/ou os pagamentos finais efetuados em conformidade com as Condições Gerais, são definidas nas Condições Especiais.

- 44.2. Os pagamentos devidos pela Entidade Adjudicante serão efetuados para a conta bancária indicada na ficha de identificação financeira preenchida pelo Adjudicatário. As mudanças de conta bancária devem ser assinaladas através da referida ficha, que será junta ao pedido de pagamento.
- 44.3. Os pagamentos de pré-financiamento ao Adjudicatário serão efetuados no prazo de 90 dias a contar da receção pela Entidade Adjudicante da fatura do Adjudicatário e dos documentos a que se refere o artigo 46.º, n.º 3.
- 44.4. Os pagamentos ao Adjudicatário dos montantes devidos a título de cada nota de pagamento intercalar e do acerto de contas final emitidos pelo Supervisor serão efetuados no prazo de 90 dias a contar da entrega da referida nota acompanhada pela fatura do Adjudicatário à Entidade Adjudicante. Por data de pagamento entende-se a data em que o montante é debitado na conta da instituição. O prazo referido no artigo 44.º, n.º 3, pode ser suspenso, através de notificação ao Adjudicatário de que a fatura não pode ser paga quer pelo facto de o montante não ser devido, quer pelo facto de os documentos comprovativos adequados não terem sido fornecidos quer ainda pelo facto de as informações disponíveis suscitarem dúvidas quanto à elegibilidade das despesas. Neste último caso, pode proceder-se a um controlo no local para verificação adicional. O Adjudicatário faculta os esclarecimentos, alterações ou informações adicionais no prazo de 30 dias a partir da data do pedido. No prazo de 30 dias a contar da receção do esclarecimento, o Supervisor deve decidir e emitir, se necessário, uma nota de pagamento revista ou um acerto de contas final e o prazo do pagamento continua a decorrer a partir dessa data.
- 44.5. O Adjudicatário compromete-se a reembolsar quaisquer quantias pagas em excesso do montante final devido à Entidade Adjudicante antes do prazo indicado na nota de débito, ou seja, 45 dias a contar da data da emissão dessa nota.

Caso não o faça no prazo acima referido, a Entidade Adjudicante (exceto se o Adjudicatário for uma administração pública ou um organismo público de um Estado-Membro da União Europeia) pode aumentar os montantes devidos através do acréscimo de juros:

- à taxa de redesconto aplicada pelo banco central do Estado da Administração Contratante, se os pagamentos forem efetuados na moeda nacional desse Estado;
- aplicada pelo Banco Central Europeu nas suas principais operações de refinanciamento em euros, publicada na Série C do Jornal Oficial da União Europeia, se os pagamentos forem efetuados em euros;

no primeiro dia do mês em que o prazo tenha terminado, acrescido de 3,5 pontos percentuais. Os juros de mora cobrem o período compreendido entre o termo do prazo de pagamento e a data efetiva de pagamento. Qualquer pagamento parcial será em primeiro lugar imputado aos juros de mora assim determinados.

Os montantes a reembolsar à Entidade Adjudicante podem ser compensados por montantes de qualquer tipo devidos ao Adjudicatário. Esta disposição é aplicável sem prejuízo do direito das partes de acordarem quanto a um escalonamento dos pagamentos. Os encargos bancários que resultem do reembolso dos montantes devidos à Entidade Adjudicante serão exclusivamente suportados pelo Adjudicatário.

Sem prejuízo da prerrogativa da Entidade Adjudicante, se necessário, a União Europeia pode, enquanto doador, proceder ela própria à recuperação, por qualquer via de direito.

- 44.6. Por antecipação, ou em alternativa à rescisão do contrato, prevista no artigo 64.º, a Entidade Adjudicante pode suspender os pagamentos a título cautelar e sem pré-aviso.
- 44.7. Caso se verifique que o procedimento de adjudicação ou a execução do contrato registou erros, irregularidades substanciais ou fraude imputáveis ao Adjudicatário, a Entidade Adjudicante pode, para além da possibilidade de suspender a execução do contrato, em conformidade com o artigo 38.º, n.º 3, e rescindir o contrato tal como previsto no artigo 64.º, recusar a realização dos pagamentos e/ou recuperar os montantes já pagos, proporcionalmente à gravidade desses erros, irregularidades ou fraudes.

#### **Artigo 45.º - Contratos por preços provisórios**

- 45.1. Em casos excecionais, em que tenha sido adjudicado um contrato por preços provisórios, os montantes a pagar no âmbito do contrato serão calculados do seguinte modo:
  - a) No que diz respeito aos contratos por percentagem, no artigo 49.º, n.º 1, alínea c); ou
  - b) Inicialmente com base nos preços provisórios e, depois de se conhecer as condições para a execução do contrato, como nos contratos por preço global ou nos contratos por preços unitários, no artigo 49.º, n.º 1, alíneas a) e b) respetivamente, ou como num contrato híbrido.
- 45.2. O Adjudicatário deve fornecer essas informações dado que a Entidade Adjudicante ou o Supervisor podem solicitá-las justificadamente para efeitos de cálculo no que diz respeito a qualquer questão relativa ao contrato. Se não se chegar a acordo quanto à avaliação das obras, os montantes a pagar serão determinados pelo Supervisor.

#### **Artigo 46.º - Pré-financiamento**

- 46.1. Caso as Condições Especiais o prevejam, mediante pedido do Adjudicatário e antes do primeiro pagamento intercalar, ser-lhe-ão concedidos pré-financiamentos para operações relacionadas com a implementação das tarefas, nos seguintes casos:
  - a) A título de adiantamento global que lhe permita fazer face às despesas resultantes do início da execução do contrato;
  - b) Como pré-financiamento para a aquisição ou encomenda de: materiais, elementos de construção, equipamento, máquinas, ferramentas, bem como quaisquer outras despesas prévias importantes, tais como a aquisição de patentes ou despesas com a realização de estudos, necessários para a execução do projeto. Será fornecida pelo Adjudicatário para efeitos de obtenção do pré-financiamento, uma prova da realização dessa compra ou encomenda.
- 46.2. As Condições Especiais fixarão o montante dos pré-financiamentos, que não poderá exceder 10 % do preço original do contrato no que respeita ao montante global referido no artigo 46.º, n.º 1, alínea a) e 20 % do referido preço no que se refere aos outros pré-financiamentos referidos na alínea b) do mesmo número.
- 46.3. Não será concedido qualquer pré-financiamento antes:

- a) Do contrato ter sido celebrado;
  - b) Da constituição de uma garantia de execução em conformidade com o artigo 15.º;
  - c) Da constituição, em relação ao montante total do pré-financiamento, de uma garantia financeira que deve permanecer efetiva até ao reembolso completo do pré-financiamento pelo Adjudicatário, a partir de pagamentos intercalares no âmbito do contrato, Salvo disposição em contrário das Condições Especiais;
  - d) Do cumprimento da obrigação do Adjudicatário por força do artigo 16.º;
  - e) Da aprovação do programa de execução de tarefas pelo Supervisor.
- 46.4. O Adjudicatário deve utilizar o pré-financiamento exclusivamente em operações relacionadas com a implementação das tarefas. Caso utilize indevidamente qualquer parte do pré-financiamento, este último torna-se imediatamente exigível e deve ser reembolsado, perdendo o Adjudicatário o direito a novos pré-financiamentos.
- 46.5. Caso a garantia para a cobertura do pré-financiamento caduque e o Adjudicatário não a renove, a Entidade Adjudicante pode quer deduzir dos futuros pagamentos devidos ao Adjudicatário, nos termos do contrato, uma quantia igual ao pré-financiamento, quer aplicar o disposto no artigo 15.º, n.º 6.
- 46.6. Se, por qualquer motivo, o contrato for rescindido, as garantias prestadas para cobrir os pré-financiamentos podem ser imediatamente exigidas a fim de reembolsar o saldo dos pré-financiamentos ainda devido pelo Adjudicatário, não podendo o garante atrasar o pagamento nem opor-se, seja por que motivo for.
- 46.7. A garantia de pré-financiamento prevista no artigo 46.º será liberada à medida que o pré-financiamento for reembolsado.
- 46.8. Quaisquer outras condições e procedimentos para a concessão e reembolso de pré-financiamento serão estipulados nas Condições Especiais.

#### **Artigo 47.º - Montantes da retenção**

- 47.1. As Condições Especiais devem estipular o montante dos pagamentos intercalares a reter a título de garantia do cumprimento das obrigações do Adjudicatário durante o período de garantia, bem como as regras pormenorizadas que regem essa garantia, que não deve, em caso algum, exceder 10 % do preço contratual.
- 47.2. Sob reserva de aprovação da Entidade Adjudicante, o Adjudicatário pode, caso o deseje e, o mais tardar, na data fixada para o início da obra, substituir os montantes a reter por uma garantia de retenção emitida em conformidade com o disposto no artigo 15.º, n.º 3.
- 47.3. Os montantes retidos ou a garantia de retenção serão liberados no prazo de 45 dias a contar da data de emissão do acerto de contas final assinado, referido no artigo 51.º.

#### **Artigo 48.º - Revisão dos preços**

- 48.1. Salvo disposição em contrário das Condições Especiais e exceto nos casos previstos no artigo 48.º, n.º 4, o contrato será por preços fixos não objeto de revisão.



48.2. Sempre que o contrato preveja a revisão dos preços, a mesma terá em conta as variações de preços dos elementos locais ou externos significativos que constituem a base do cálculo do preço da proposta, tais como mão-de-obra, serviços, materiais e fornecimentos, bem como os encargos impostos por disposições legislativas ou regulamentares. As regras pormenorizadas aplicáveis à revisão de preços são estipuladas nas Condições Especiais.

48.3. Considera-se que os preços indicados na proposta do Adjudicatário:

- a) Foram calculados com base nas condições em vigor 30 dias antes da última data fixada para a apresentação das propostas; ou, no caso de contratos por ajuste direto, com base na data do contrato;
- b) Tiveram em conta a legislação e as disposições fiscais aplicáveis na data de referência referida no artigo 48.º, n.º 3, alínea a).

48.4. Caso, após a data referida no artigo 48.º, n.º 3, se verifique qualquer alteração ou a introdução de novas leis, despachos, decretos, portarias ou outra legislação nacional ou regional ou de quaisquer regulamentos ou disposições administrativas de uma autoridade local ou de qualquer outra autoridade pública, que deem origem a uma mudança na relação contratual entre as partes no contrato, a Entidade Adjudicante e o Adjudicatário devem consultar-se sobre a melhor forma de resolver a questão nos termos do contrato, podendo, em resultado dessa consulta, decidir:

- a) Alterar o contrato; ou
- b) Que uma das partes pague à outra uma compensação pelo desequilíbrio daí resultante; ou
- c) Rescindir o contrato de comum acordo.
- d) Caso se verifique um atraso na implementação das tarefas pelas quais o Adjudicatário é responsável, os índices para a revisão dos preços durante o período de atraso serão os mais vantajosos para a Entidade Adjudicante a escolher entre os aplicados à última nota intercalar emitida para as tarefas executadas durante o período de implementação das tarefas e os revistos para a receção provisória das tarefas.

## **Artigo 49.º - Medições**

49.1. Para a avaliação dos contratos de execução de obras são aplicáveis os seguintes métodos:

- a) No que respeita aos contratos por preço global, o montante devido nos termos do contrato será determinado com base na discriminação do preço global do contrato ou numa discriminação expressa em percentagem do preço contratual correspondente a fases completas da obra. Sempre que as diferentes rubricas sejam acompanhadas de quantidades, estas serão quantidades fixas, para as quais o Adjudicatário apresentou um preço com tudo incluído, sendo pagas independentemente das quantidades de trabalho efetivamente realizadas.
- b) Relativamente aos contratos por preços unitários:

- i. O montante devido nos termos do contrato será calculado aplicando as tarifas unitárias às quantidades de trabalho efetivamente realizadas em cada rubrica, de acordo com o contrato;
  - ii. As quantidades indicadas no mapa das quantidades serão quantidades estimadas de trabalhos que não serão consideradas como as quantidades reais e corretas dos trabalhos a executar pelo Adjudicatário no cumprimento das suas obrigações contratuais;
  - iii. O Supervisor determinará através de medição as quantidades reais dos trabalhos executados pelo Adjudicatário, que serão pagas em conformidade com o artigo 50.º. Salvo disposição em contrário prevista nas Condições Especiais, não serão efetuadas adições às rubricas do mapa das quantidades, exceto as decorrentes de qualquer alteração em conformidade com o disposto no artigo 37.º ou noutra disposição do contrato que confira ao Adjudicatário o direito a um pagamento adicional;
  - iv. Quando pretenda obter a medição de qualquer parte da obra, o Supervisor deve comunicar atempadamente a sua intenção ao Adjudicatário para que este esteja presente na mediação ou se faça representar por um agente qualificado. O Adjudicatário ou o seu representante facultarão assistência ao Supervisor na realização dessas medições e fornecer-lhe-ão todos os elementos de que possa necessitar. Caso o Adjudicatário não esteja presente nem se faça representar, a medição efetuada pelo Supervisor ou por ele aprovada será vinculativa para o Adjudicatário;
  - v. A obra deverá ser medida em termos de quantidades efetivas, independentemente de quaisquer usos gerais ou locais, salvo disposição em contrário prevista no contrato.
- c) No que diz respeito aos contratos com base em preços por percentagem, o montante devido ao abrigo do contrato deve ser determinado com base nos custos efetivos acrescidos de um montante acordado para ter em conta as despesas gerais e os lucros. As Condições Especiais estipulam as informações que o Adjudicatário tem de apresentar ao Supervisor para efeitos do artigo 49.º, n.º 1, alínea c) e o modo como estas devem ser apresentadas.

49.2. Quando um item no contrato for indicado como «provisório», o montante provisório que lhe é reservado não deve ser tido em conta no cálculo das percentagens referidas no artigo 37.º.

## **Artigo 50.º - Pagamentos intercalares**

50.1. Salvo disposição em contrário prevista nas Condições Especiais, no termo de cada período referido no artigo 50.º, n.º 7, o Adjudicatário deve apresentar uma fatura de pagamento intercalar ao Supervisor de uma forma aprovada por este último. A fatura deve incluir, consoante o caso, os seguintes elementos:

- a) O valor contratual estimado das obras definitivas executadas até ao final do período em questão;
- b) Um montante correspondente às eventuais revisões de preços, em conformidade com o disposto no artigo 48.º;

- c) Um montante a reter a título de retenção, em conformidade com o disposto no artigo 47.º;
  - d) Qualquer crédito e/ou débito relativo ao período em questão respeitante a máquinas e materiais existentes no local da obra, destinados à obra definitiva mas ainda não incorporados nas mesmas, no montante e de acordo com as condições estipuladas no artigo 50.º, n.º 2;
  - e) Um montante a deduzir a título de reembolso do pré-financiamento, em conformidade com o disposto no artigo 46.º; e
  - f) Qualquer outro montante a que o Adjudicatário tenha direito nos termos do contrato.
- 50.2. O Adjudicatário tem direito aos montantes que o Supervisor possa considerar adequados relativamente às máquinas e materiais destinados às obras definitivas mas ainda não incorporados nas mesmas, desde que:
- a) As máquinas e materiais estejam de acordo com as especificações relativas às obras definitivas e estejam agrupados em lotes de um modo que possam ser reconhecidos pelo Supervisor;
  - b) As máquinas e materiais tenham sido entregues no local da obra, encontrando-se corretamente armazenados e protegidos contra perdas, danos ou deterioração, a contento do Supervisor;
  - c) Os registos do Adjudicatário, no que se refere a especificações, encomendas, receção e utilização de máquinas e materiais nos termos do contrato, sejam mantidos de uma forma aprovada pelo Supervisor e estejam à sua disposição para inspeção;
  - d) O Adjudicatário apresente, com a conta, o valor estimado das máquinas e materiais existentes no local da obra juntamente com os documentos que possam ser exigidos pelo Supervisor tendo em vista a sua avaliação e que constituam prova da respetiva propriedade e pagamento; e
  - e) Sempre que as Condições Especiais o especificarem, considera-se que a propriedade das máquinas e materiais referidos no artigo 43.º reverte em favor da Entidade Adjudicante.
- 50.3. A aprovação pelo Supervisor de qualquer fatura intercalar aceite respeitante a máquinas e materiais nos termos do artigo 50.º não prejudica o exercício dos seus poderes, nos termos do contrato, para rejeitar quaisquer máquinas ou materiais que não estejam de acordo com o disposto no contrato.
- 50.4. O Adjudicatário é responsável por quaisquer perdas ou danos e pelo custo de armazenagem e movimentação das máquinas e materiais no local da obra, devendo subscrever qualquer seguro suplementar eventualmente necessário para cobrir o risco de tais perdas e danos, independentemente da causa.
- 50.5. No prazo de 30 dias a contar da receção da referida fatura para pagamento intercalar, o Supervisor deve:

- a) Verificar se, na opinião do Supervisor, a fatura para pagamento intercalar reflete o montante devido ao Adjudicatário em conformidade com o contrato. Em caso de divergência de opiniões quanto ao valor de um elemento, prevalece a opinião do Supervisor.
  - b) Após ter determinado o montante devido ao Adjudicatário, emite e transmite à Entidade Adjudicante para pagamento, e ao Supervisor para informação, uma nota de pagamento intercalar correspondente ao montante devido ao Adjudicatário e informá-lo-á das obras a que o pagamento se refere.
- 50.6. O Supervisor pode, através de uma nota de pagamento intercalar, efetuar quaisquer correções ou alterações no que respeita a qualquer nota por si emitida, podendo igualmente modificar a avaliação ou reter a emissão de qualquer nota de pagamento intercalar caso a obra ou qualquer das suas partes não esteja a ser executadas a seu contento.
- 50.7. Salvo disposição em contrário das Condições Especiais, a periodicidade dos pagamentos intercalares é mensal.

#### **Artigo 51.º - Acerto de contas final**

- 51.1. Salvo disposição em contrário das Condições Especiais, o Adjudicatário deve apresentar ao Supervisor um projeto de acerto de contas final no prazo máximo de 90 dias, a contar da emissão do certificado de receção definitiva referido no artigo 62.º. A fim de permitir ao Supervisor preparar o acerto de contas final, o projeto de acerto de contas final é acompanhado de documentos justificativos que demonstrem de forma pormenorizada o valor das obras efetuadas em conformidade com o contrato, bem como quaisquer outros montantes que o Adjudicatário considere que lhe sejam devidos nos termos do contrato.
- 51.2. No prazo de 90 dias a contar da receção do projeto de acerto de contas final e de todas as informações razoavelmente requeridas para a sua verificação, o Supervisor deve preparar o acerto de contas final, que determina:
- a) O montante que, em sua opinião, ainda é devido a título do contrato; e
  - b) Após determinar os montantes previamente pagos pela Entidade Adjudicante e todos os montantes a que esta última tenha direito nos termos do contrato, o saldo eventualmente devido pela Entidade Adjudicante ao Adjudicatário ou pelo Adjudicatário à Entidade Adjudicante, consoante o caso.
- 51.3. O Supervisor deve entregar à Entidade Adjudicante ou ao seu representante devidamente autorizado e ao Adjudicatário o acerto de contas final, indicando o montante final a que o Adjudicatário tem direito nos termos do contrato. A Entidade Adjudicante ou o seu representante devidamente autorizado e o Adjudicatário devem assinar o acerto de contas final, reconhecendo assim o valor total e definitivo dos trabalhos executados nos termos do contrato, e enviar sem demora uma cópia assinada ao Supervisor juntamente com a fatura do pagamento do saldo acordado, caso exista, devido pelo Adjudicatário. Todavia, o acerto de contas final e a fatura do pagamento do saldo não incluem os montantes contestados que sejam objeto de negociações, processo de conciliação, arbitragem ou litígio.

- 51.2. O acerto de contas final assinado pelo Adjudicatário constitui uma quitação por escrito da Entidade Adjudicante confirmando que o total do acerto de contas final representa a liquidação total e definitiva de todos os montantes devidos ao Adjudicatário nos termos do contrato, com exceção dos montantes que sejam objeto de resolução amigável, por arbitragem ou litígio. Todavia, a referida quitação só se torna efetiva depois da realização de qualquer pagamento devido em conformidade com o acerto de contas final e da restituição ao Adjudicatário da garantia de execução referida no artigo 15.º.
- 51.3 A Entidade Adjudicante não responde perante o Adjudicatário por qualquer questão ou facto decorrente ou relacionado com o contrato ou com a execução da obra, a menos que o Adjudicatário tenha incluído um pedido a esse respeito no seu projeto de acerto de contas final.

## **Artigo 52.º - Pagamentos diretos aos subcontratantes**

- 52.1. Quando o Supervisor receber um pedido de um subcontratante devidamente aprovado ao abrigo do artigo 7.º por o Adjudicatário não ter cumprido as suas obrigações financeiras em relação ao subcontratante, o Supervisor avisará o Adjudicatário de que deverá pagar ao subcontratante ou informá-lo-á das razões pelas quais o pagamento não deve ser efetuado. Caso esse pagamento não seja efetuado, ou não tenha sido dada uma justificação no prazo estabelecido, o Supervisor pode, depois de se ter certificado de que a obra foi realizada, atestar, devendo a Entidade Adjudicante pagar a dívida reclamada pelo subcontratante deduzindo-a dos montantes restantes devidos ao Adjudicatário. O Adjudicatário permanecerá inteiramente responsável pelas obras pelas quais foi efetuado um pagamento direto.
- 52.2. Se o Adjudicatário der uma justificação adequada para recusar pagar a totalidade ou parte da dívida reclamada pelo subcontratante, a Entidade Adjudicante pagará ao subcontratante unicamente os montantes que não são objeto de litígio. Os montantes reclamados pelo subcontratante em relação aos quais o Adjudicatário deu uma justificação adequada para a sua recusa de pagamento serão pagos pela Entidade Adjudicante só depois de as partes terem chegado a uma solução amigável, ou após a decisão de uma autoridade de arbitragem ou o julgamento de um tribunal terem sido devidamente notificados ao Supervisor.
- 52.3. Os pagamentos diretos aos subcontratantes não devem exceder o valor aos preços contratuais dos serviços executados pelos subcontratantes cujo pagamento é solicitado; o valor a preços contratuais será calculado ou avaliado com base no mapa de medições, no mapa de preços ou na discriminação dos componentes do preço global.
- 52.4. Os pagamentos diretos aos subcontratantes serão efetuados inteiramente na moeda nacional do país em que são executadas as obras ou em parte nessa moeda nacional e em parte em divisas estrangeiras, de acordo com o disposto no contrato.
- 52.5. Sempre que os pagamentos diretos aos subcontratantes sejam efetuados em divisas estrangeiras, serão calculados em conformidade com o disposto no artigo 56.º. De acordo com o estipulado no contrato, não conduzirão a um aumento do montante total a pagar em divisas estrangeiras.
- 52.6. O disposto no artigo 52.º aplica-se sem prejuízo das exigências da legislação aplicável por força do artigo 54.º no que se refere ao direito a pagamento dos credores que beneficiem de uma concessão de crédito ou de uma garantia adicional.

## **Artigo 53.º - Pagamentos em atraso**

53.1. Uma vez terminado o prazo referido no artigo 44.º, n.º 3, das Condições Gerais, o Adjudicatário - a menos que se trate de um serviço da administração ou de um organismo público de um Estado-Membro da União Europeia - terá direito, se apresentar um pedido nesse sentido no prazo de dois meses após a receção do pagamento em atraso, a receber juros de mora:

- à taxa de redesconto aplicada pelo banco central pela legislação do país em que as obras serão realizadas, se os pagamentos forem efetuados na moeda nacional desse país;

- à taxa aplicada pelo Banco Central Europeu nas suas principais operações de refinanciamento em euros, publicada no Jornal Oficial da União Europeia, Série C, se os pagamentos forem efetuados em euros,

no primeiro dia do mês em que o prazo tenha terminado, acrescido de 3,5 pontos percentuais. Os juros incidem no período decorrido entre o termo do prazo de pagamento e a data em que o pagamento for debitado na conta da Administração Contratante.

53.2. Qualquer falta de pagamento por um período superior a 30 dias a contar do termo do prazo previsto no artigo 44.º, n.º 3, confere ao Adjudicatário o direito de suspender as obras, em conformidade com o procedimento estabelecido no artigo 38.º, n.º 2.

53.3. Qualquer falta de pagamento por um período superior a 120 dias a contar do termo do prazo previsto no artigo 44.º, n.º 3, confere ao Adjudicatário o direito de rescindir o contrato, em conformidade com o procedimento estabelecido no artigo 65.º.

#### **Artigo 54.º - Pagamentos a terceiros**

54.1. As ordens de pagamento em favor de terceiros só podem ser executadas após uma cessão de posição contratual efetuada em conformidade com o artigo 6.º. A cessão será notificada à Entidade Adjudicante.

54.2. A notificação dos beneficiários da cessão da posição contratual incumbe exclusivamente ao Adjudicatário.

54.3. Em caso de afetação vinculativa dos bens do Adjudicatário que afete os pagamentos que lhe sejam devidos nos termos do contrato, e sem prejuízo do prazo previsto no artigo 53.º, a Entidade Adjudicante dispõe de 30 dias, a contar da data de receção da notificação do levantamento definitivo do impedimento ao pagamento, para retomar os pagamentos ao Adjudicatário.

#### **Artigo 55.º - Pedidos de pagamentos adicionais**

55.1. Caso considere que, nos termos do contrato, tem o direito de reclamar pagamentos adicionais, o Adjudicatário deve:

- a) Caso tencione apresentar um pedido de pagamentos adicionais, comunicar ao Supervisor a sua intenção ou apresentar tal pedido, devidamente justificado, o mais tardar 15 dias a contar da data em que tome conhecimento, ou dever ter tomado conhecimento do evento ou das circunstâncias que dão origem ao pedido.

Caso o Adjudicatário não notifique um pedido de pagamento adicional dentro do período de 15 dias, não terá direito ao pagamento adicional, e a Entidade Adjudicante será ilibada de qualquer responsabilidade em relação com o pedido; e

- b) Apresentar informações completas e detalhadas sobre o seu pedido logo que este seja razoavelmente praticável no prazo de 60 dias a contar da data dessa notificação, salvo acordo em contrário do Supervisor. Caso o Supervisor aceite outro prazo que não os referidos 60 dias, o prazo acordado determinará, em qualquer dos casos, que essas informações sejam apresentadas o mais tardar na data de apresentação do projeto do acerto de contas final. Em seguida, o Adjudicatário deve apresentar rapidamente quaisquer elementos complementares que o Supervisor possa razoavelmente exigir para apreciar a validade do pedido.

55.2. Após ter recebido os elementos completos e pormenorizados por ele requeridos no que respeita ao pedido do Adjudicatário e consultado devidamente a Entidade Adjudicante e, se for caso disso, o Adjudicatário, o Supervisor deve decidir, sem prejuízo do disposto no artigo 21.º, n.º 4.º, se o Adjudicatário tem direito ao pagamento adicional e notificar a sua decisão às partes.

55.3. O Supervisor pode rejeitar qualquer pedido de pagamento adicional que não seja conforme aos requisitos do artigo 55.º.

#### **Artigo 56.º - Data final**

56.1. As obrigações de pagamento da Comunidade Europeia por força do presente contrato caducam, no máximo, 18 meses após o termo do período de implementação das tarefas, a não ser que o contrato tenha sido rescindido em conformidade com as presentes Condições Gerais. No caso de cofinanciamento, esta data é fixada nas Condições Especiais.

## **RECEÇÃO E GARANTIA**

#### **Artigo 57.º - Princípios gerais**

57.1. A verificação das obras pelo Supervisor tendo em vista a receção provisória ou definitiva tem lugar na presença do Adjudicatário. A ausência do Adjudicatário não impede a verificação, desde que o mesmo tenha sido devidamente convocado com uma antecedência de, pelo menos, 30 dias em relação à data da verificação.

57.2. Caso circunstâncias excecionais tornem impossível averiguar o estado das obras ou de outro modo proceder à sua receção durante o período fixado para a receção provisória ou definitiva, o Supervisor, após consultar, sempre que possível, o Adjudicatário, deve elaborar uma declaração atestando essa impossibilidade. A verificação realizar-se-á e o auto de receção ou de rejeição será lavrado pelo Supervisor no prazo de 30 dias a contar da data em que tal impossibilidade deixe de existir. O Adjudicatário não pode invocar estas circunstâncias para se subtrair à obrigação de apresentar a obra num estado adequado para a sua receção.

#### **Artigo 58.º - Ensaios finais**

58.1. As obras só serão rececionadas após a realização das verificações e dos ensaios prescritos, a expensas do Adjudicatário. O Adjudicatário notifica ao Supervisor a data em que podem iniciar-se essas verificações e ensaios.

- 58.2. As obras que não satisfaçam as condições estipuladas no contrato ou, na falta de tais condições, que não sejam executadas em conformidade com as regras da arte em vigor no país em que são executadas, serão, se necessário, demolidas e reconstruídas pelo Adjudicatário ou reparadas a contento do Supervisor; caso contrário tal será automaticamente efetuado após a devida notificação a expensas do Adjudicatário, por ordem do Supervisor. Em conformidade com as mesmas condições, o Supervisor pode igualmente exigir a demolição e a reconstrução pelo Adjudicatário, ou a respetiva reparação a seu inteiro contento, das obras em que tenham sido utilizados materiais inaceitáveis ou que tenham sido executadas durante os períodos de suspensão previstos no artigo 38.º.

#### **Artigo 59.º - Receção parcial**

- 59.1. A Entidade Adjudicante pode utilizar as diversas estruturas, partes de estruturas ou partes da obra que fazem parte do contrato, à medida que vão sendo concluídas. Qualquer tomada de posse da estruturas, partes de estruturas ou partes da obra pela Entidade Adjudicante será precedida pela respetiva receção parcial provisória. No entanto, em caso de urgência, as obras podem entrar na posse da Entidade Adjudicante antes da receção, desde que previamente seja elaborado pelo Supervisor um inventário dos trabalhos não realizados, que deve ser aceite pelo Adjudicatário e pelo Supervisor. Após a tomada de posse de uma estrutura, parte de estrutura ou parte da obra pela Entidade Adjudicante, o Adjudicatário deixa de ser obrigado a reparar quaisquer danos que não os resultantes de defeitos de construção ou de execução.
- 59.2. A pedido do Adjudicatário e caso a natureza das obras o permita, o Supervisor pode proceder à receção parcial provisória, desde que as estruturas, partes de estruturas ou partes da obra estejam concluídas e prontas para a utilização prevista no contrato.
- 59.3. Nos casos de receção parcial provisória referidos no artigo 59.º, n.ºs 1 e 2, o prazo de garantia previsto no artigo 62.º começa a contar a partir da data dessa receção parcial provisória, salvo disposição em contrário das Condições Especiais.

#### **Artigo 60.º - Receção provisória**

- 60.1. A obra entra na posse da Entidade Adjudicante após ter sido aprovada nos ensaios finais e ter sido emitido, ou considerado emitido, um auto de receção provisória.
- 60.2. O Adjudicatário pode, mediante notificação ao Supervisor, solicitar um auto de receção provisória com não mais de 15 dias de antecedência em relação à data em que, na sua opinião, as obras se encontrarão concluídas e prontas para a receção provisória. Num prazo de 30 dias a contar da receção do pedido do Adjudicatário, o Supervisor deve:
- a) Emitir o auto de receção provisória destinado ao Adjudicatário, com cópia para a Entidade Adjudicante, indicando as suas eventuais reservas e, nomeadamente, a data em que, em sua opinião, a obra foi concluída em conformidade com o contrato e se encontrava pronta para a receção provisória; ou
  - b) Rejeitar o pedido, fundamentando a sua decisão e especificando as medidas que, em sua opinião, o Adjudicatário deve tomar para que o auto seja emitido.



- 60.3. Caso o Supervisor não emita o auto de receção provisória nem rejeite o pedido do Adjudicatário no prazo de 30 dias, considera-se que emitiu o auto no último dia daquele prazo. O auto de receção provisória não é considerado como constituindo um reconhecimento de que a obra foi integralmente concluída. Caso no contrato a obra esteja dividida em partes, o Adjudicatário pode solicitar autos distintos para cada parte.
- 60.4. Após a receção provisória da obra, o Adjudicatário deve desmontar e remover as estruturas temporárias, bem como os materiais que deixem de ser necessários para a implementação do contrato. O Adjudicatário deve igualmente remover quaisquer entulhos ou obstáculos e repor o local no seu estado inicial, tal como previsto no contrato.
- 60.5. Imediatamente após a receção provisória, a Entidade Adjudicante pode utilizar a totalidade da obra concluída.

#### **Artigo 61.º - Obrigações decorrentes da garantia**

- 61.1. O Adjudicatário é responsável pela reparação de qualquer defeito ou dano em qualquer parte das obras que possa surgir ou ocorrer durante o período de garantia e que:
- a) Resulte da utilização de máquinas ou materiais defeituosos ou de deficiências de execução ou conceção imputáveis ao Adjudicatário; e/ou
  - b) Resulte de qualquer ato ou omissão do Adjudicatário durante o período de garantia; e/ou
  - c) Surja no decurso de uma inspeção efetuada pela Entidade Adjudicante ou em seu nome.
- 61.2. O Adjudicatário deve reparar, a expensas próprias e o mais rapidamente possível, qualquer defeito ou dano. O período de garantia dos elementos substituídos ou reparados recomeça a partir da data em que a substituição ou reparação fique concluída a contento do Supervisor. Se o contrato prever a receção parcial, o período de garantia será prorrogado unicamente em relação à parte da obra afetada pela substituição ou reparação.
- 61.3. Caso, durante o período de garantia, surja qualquer defeito ou ocorra qualquer dano, a Entidade Adjudicante ou o Supervisor da obra notificarão tal facto ao Adjudicatário. Se o Adjudicatário não reparar o defeito ou o dano no prazo fixado na notificação, a Entidade Adjudicante pode:
- a) Executar ela própria os trabalhos ou recorrer a um terceiro para a execução dos trabalhos, por conta e risco do Adjudicatário, devendo nesse caso os custos incorridos pela Entidade Adjudicante ser deduzidos dos montantes devidos ao Adjudicatário ou das garantias por ele prestadas ou de ambos; ou
  - b) Rescindir o contrato.
- 61.4. Caso o defeito ou o dano sejam de tal modo importantes que impeçam a Entidade Adjudicante de beneficiar da totalidade ou parte da obra, esta última tem direito, sem prejuízo de qualquer outra reparação, a recuperar todos os montantes pagos relativamente às partes da obra em questão, bem como o custo da sua demolição e da limpeza do local da obra.

- 61.5. Em caso de emergência, em que o Adjudicatário não esteja imediatamente disponível ou, tendo sido contactado, não possa tomar as medidas necessárias, a Entidade Adjudicante ou o Supervisor pode mandar realizar a obra a expensas do Adjudicatário. A Entidade Adjudicante ou o Supervisor deve informar logo que possível o Adjudicatário das medidas tomadas.
- 61.6. Sempre que as Condições Especiais estipulem que os trabalhos de manutenção exigidos por uma utilização normal devam ser efetuados pelo Adjudicatário, tais trabalhos serão pagos a partir de um montante provisional. Esta obrigação não abrange a deterioração resultante das circunstâncias previstas no artigo 21.º ou de uma utilização anormal, a menos que revele a existência de um erro ou defeito que justifique um pedido de reparação ou substituição em conformidade com o disposto no artigo 61.º.
- 61.7. As obrigações em matéria de garantia são estipuladas nas Condições Especiais e nas especificações Técnicas. Se a duração do período de garantia não estiver especificada, esse período é de 365 dias. O período de garantia começa a contar a partir da data da receção provisória, podendo recomençar em conformidade com o disposto no artigo 61.º, n.º 2.
- 61.8. Após a receção provisória e sem prejuízo das obrigações em matéria de garantia previstas no artigo 61.º, o Adjudicatário deixa de ser responsável por riscos suscetíveis de afetar as obras resultantes de causas que não lhe sejam imputáveis. A partir da data da receção provisória, o Adjudicatário será todavia responsável pela solidez da construção, tal como estabelecido nas Condições Especiais ou na legislação da Entidade Adjudicante.

#### **Artigo 62.º - Receção definitiva**

- 62.1. Uma vez terminado o período de garantia ou o último desses períodos nos casos em que existe mais do que um período de garantia, e após retificação de todos os defeitos ou danos, o Supervisor emite um auto de receção definitiva para o Adjudicatário, com cópia para a Entidade Adjudicante, indicando a data em que o Adjudicatário cumpriu todas as suas obrigações contratuais a contento do Supervisor. O auto de receção definitiva será entregue pelo Supervisor no prazo de 30 dias a contar do termo do prazo de garantia ou logo que estejam concluídas, a seu contento, quaisquer obras mandadas executar em conformidade com o disposto no artigo 61.º.
- 62.2. A obra só será considerada concluída depois de o Supervisor ter assinado e entregue à Entidade Adjudicante um auto de receção definitiva, com cópia para o Adjudicatário.
- 62.3. Não obstante a emissão do auto de receção definitiva, o Adjudicatário e a Entidade Adjudicante continuam a ser responsáveis pelo cumprimento de qualquer obrigação, resultante do contrato, anterior à emissão do referido auto e que ainda não tenha sido cumprida na data dessa emissão. A natureza e o âmbito de tal obrigação são determinados tomando por referência as disposições do contrato.

## **INCUMPRIMENTO E RESCISÃO DO CONTRATO**

#### **Artigo 63.º - Incumprimento do contrato**

- 63.1. Existe incumprimento do contrato quando uma das Partes não satisfaça qualquer das suas obrigações em conformidade com as disposições contratuais.
- 63.2. Em caso de incumprimento do contrato, a Parte lesada pelo incumprimento tem direito a:
- a) Indemnização; e/ou
  - b) Rescindir o contrato.

63.3. A indemnização pode ser:

- a) Geral; ou
- b) Contratual (cláusula penal).

63.4. Caso o Adjudicatário não cumpra as suas obrigações em conformidade com as disposições contratuais, a Entidade Adjudicante, sem prejuízo do seu direito nos termos do artigo 63.º, n.º 2, pode igualmente tomar as seguintes medidas:

- a) Suspensão de pagamentos; e/ou
- b) Redução ou recuperação dos pagamentos que tiver feito proporcionalmente ao incumprimento.

63.5. Caso a Entidade Adjudicante tenha direito a uma indemnização, pode deduzi-la de quaisquer montantes devidos ao Adjudicatário ou executar a respetiva garantia.

#### **Artigo 64.º - Rescisão pela Entidade Adjudicante**

64.1. A Entidade Adjudicante pode, a qualquer momento e com efeito imediato, rescindir o contrato, exceto nos casos previstos no artigo 64.º, n.º 2.

64.2. Salvo disposição em contrário prevista nas presentes Condições Gerais, a Entidade Adjudicante pode, depois de notificar o Adjudicatário com sete dias de antecedência, rescindir o contrato e dar ordem ao Adjudicatário para abandonar o local da obra em qualquer dos seguintes casos:

- a) O Adjudicatário esteja em situação de violação grave do contrato por incumprimento das suas obrigações contratuais;
- b) O Adjudicatário não cumpre, dentro de um prazo razoável, a notificação do Supervisor em que este lhe exige que repare qualquer negligência ou incumprimento das suas obrigações contratuais, que comprometa seriamente a correta execução da obra dentro do prazo;
- c) O Adjudicatário recusa ou abstém-se de cumprir as ordens administrativas dadas pelo Supervisor;
- d) O Adjudicatário cede o contrato ou subcontrata sem autorização da Entidade Adjudicante;
- e) O Adjudicatário encontra-se em situação de falência ou de insolvência, ou os seus bens são objeto de penhora, arresto ou medida semelhante, ou celebra concordata com os seus credores, suspendeu a sua atividade ou está sujeito a qualquer outro meio preventivo de liquidação de património ou em qualquer outra situação análoga resultante de um processo da mesma natureza nos termos da legislação e regulamentação nacionais;
- f) Uma mudança a nível da empresa implicou uma alteração da sua personalidade jurídica, da natureza ou do controlo do Adjudicatário, a menos que tal modificação seja objeto de uma adenda ao contrato;

- g) A existência de qualquer outra incapacidade jurídica que impeça a execução do contrato;
  - h) O Adjudicatário não constitui as garantias exigidas ou não subscreve os seguros necessários ou a pessoa que prestou as garantias anteriores ou subscreveu os seguros não pode honrar os seus compromissos;
  - i) O Adjudicatário cometeu uma falta profissional grave, comprovada por qualquer meio que a Entidade Adjudicante possa apresentar;
  - j) O Adjudicatário foi condenado por sentença transitada em julgado por fraude, corrupção, participação numa organização criminosa, branqueamento de capitais, ou qualquer outra atividade ilegal, que prejudique os interesses financeiros da União Europeia;
  - k) O adjudicatário, que na execução de um outro contrato financiado pelo orçamento da UE/do FED, tenha sido declarado em situação de violação grave do contrato;
  - l) Após a adjudicação do contrato, fica provado que o procedimento de adjudicação ou a execução do contrato foi objeto de erros ou irregularidades substanciais ou de fraude;
  - m) Se provar que o procedimento de adjudicação ou a execução de um outro contrato financiado pelo orçamento da UE/do FED registou erros e irregularidades substanciais ou fraude suscetíveis de afetar a execução do presente contrato;
  - n) O Adjudicatário não mantém os registos do contrato durante um período de 7 anos após o pagamento final efetuado nos termos do contrato;
  - o) O Adjudicatário não cumpre as suas obrigações em conformidade com o artigo 12.º-A e com o artigo 12.º-B;
  - p) A Entidade Adjudicante tem direito a exigir a indemnização máxima, em conformidade com o disposto no artigo 36.º, n.º 1.
- 64.3. A rescisão do contrato não prejudica quaisquer outros direitos ou faculdades da Entidade Adjudicante e do Adjudicatário nos termos do contrato. A Entidade Adjudicante pode, subsequentemente, concluir ela própria as obras ou celebrar outro contrato com um terceiro, a expensas do Adjudicatário. A responsabilidade do Adjudicatário pelo atraso na conclusão das obras cessa logo que a Entidade Adjudicante rescinda o contrato, sem prejuízo de qualquer responsabilidade anterior.
- 64.4. Após a rescisão do contrato ou a receção da notificação da mesma, o Adjudicatário tomará imediatamente as medidas necessárias para pôr termo rápida e ordenadamente à realização das obras e para reduzir as despesas ao mínimo.
- 64.5. Logo que possível após a rescisão do contrato, o Supervisor deve confirmar o valor das obras efetuadas e todos os montantes devidos ao Adjudicatário à data da referida rescisão.
- 64.6. Em caso de rescisão:

- a) O Supervisor deve elaborar o mais rapidamente possível, após a inspeção da obra um relatório dos trabalhos executados pelo Adjudicatário, bem como um inventário das estruturas temporárias, materiais, máquinas e equipamento. O Adjudicatário deve ser convocado para que esteja presente durante a inspeção e a realização do inventário. O Supervisor deve igualmente elaborar uma relação dos salários ainda devidos pelo Adjudicatário aos trabalhadores por ele empregados para a execução do contrato, bem como dos montantes por ele devidos à Entidade Adjudicante;
  - b) A Entidade Adjudicante tem a opção de adquirir a totalidade ou parte das estruturas temporárias que tenham sido aprovadas pelo Supervisor, bem como o equipamento, as instalações e os materiais especificamente fornecidos ou fabricados para a execução da obra prevista no contrato;
  - c) O preço de aquisição das estruturas temporárias, equipamento, máquinas e materiais acima referidos não deve exceder a parte não liquidada das despesas efetuadas pelo Adjudicatário, limitando-se tais despesas às necessárias para a execução do contrato em condições normais;
  - d) A Entidade Adjudicante pode adquirir, a preços de mercado, os materiais e elementos fornecidos ou encomendados pelo Adjudicatário, mas ainda não pagos pela Entidade Adjudicante, nas condições que o Supervisor considere adequadas.
- 64.7. A Entidade Adjudicante não é obrigada a efetuar quaisquer outros pagamentos ao Adjudicatário enquanto as obras não forem concluídas, após o que tem o direito de obter do Adjudicatário o reembolso de eventuais despesas suplementares, decorrentes da conclusão das obras, ou o dever de pagar qualquer saldo devido ao Adjudicatário.
- 64.8. Se a Entidade Adjudicante rescindir o contrato deve, além dos custos extraordinários para terminar as obras, e sem prejuízo das suas outras soluções contratuais, tem direito a recuperar do Adjudicatário uma indemnização por qualquer prejuízo sofrido até ao montante de 10 % do preço do contrato.
- 64.9. Quando a rescisão não resultar de um ato ou omissão do Adjudicatário, por força maior ou outras circunstâncias fora do controlo da Entidade Adjudicante, o Adjudicatário tem direito a reclamar, para além das quantias que lhe sejam devidas pelos trabalhos já realizados, uma indemnização pelos prejuízos sofridos.
- 64.10. O presente contrato será automaticamente rescindido se não tiver originado nenhum pagamento nos três anos subsequentes à sua assinatura por ambas as Partes.

#### **Artigo 65.º - Rescisão pelo Adjudicatário**

- 65.1. O Adjudicatário pode rescindir o contrato, mediante pré-aviso de 14 dias dirigido à Entidade Adjudicante, caso esta última:
- a) Não lhe pague há mais de 120 dias os montantes devidos em conformidade com qualquer nota de pagamento do Supervisor depois de expirado o prazo fixado no artigo 44.º, n.º 3; ou
  - b) Não cumpra reiteradamente as suas obrigações após repetidas insistências; ou

- c) Suspenda a execução da obra ou de qualquer das suas partes, por um período superior a 180 dias, por motivos não especificados no contrato ou não resultantes da infração ou falta do Adjudicatário.
- 65.2. Tal rescisão não prejudica quaisquer outros direitos adquiridos pela Entidade Adjudicante ou pelo Adjudicatário nos termos do contrato. Após a rescisão, o Adjudicatário tem o direito de retirar imediatamente o seu equipamento do local da obra, sem prejuízo do disposto na legislação do país de execução das obras.
- 65.3. Em caso de rescisão nestas condições, a Entidade Adjudicante deve indemnizar o Adjudicatário por quaisquer perdas ou danos que este possa ter sofrido. O montante máximo é de 10 % do preço do contrato.

#### **Artigo 66.º - Força maior**

- 66.1. Considera-se que as partes não incorrem em incumprimento ou violação das suas obrigações contratuais se a respetiva execução tiver sido impedida por circunstâncias de força maior ocorridas após a data de notificação da adjudicação do contrato ou a data em que o contrato comece a produzir efeitos.
- 66.2. Na aceção das presentes Condições Gerais, entende-se por «casos de força maior», quaisquer ocorrências imprevisíveis que as partes não possam evitar nem superar efetuando as devidas diligências, tais como a ação das forças naturais, greves, *lock-outs* ou outros conflitos laborais, atos do inimigo público, guerras declaradas ou não, bloqueios, insurreições, motins, epidemias, desabamentos de terras, terremotos, tempestades, raios, inundações, desmoronamentos provocados por enxurradas, tumultos e explosões. Uma decisão da União Europeia de suspender a cooperação com o país beneficiário é considerado um caso de força maior, se implicar a suspensão do financiamento deste contrato.
- 66.3. Não obstante o disposto nos artigos 36.º e 64.º, o Adjudicatário não fica sujeito à perda da sua garantia de execução, ao pagamento de uma indemnização por perdas e danos ou à denúncia por incumprimento do contrato se, e na medida em que, o atraso na execução ou qualquer outro incumprimento das suas obrigações contratuais resultarem de um acontecimento de força maior. Do mesmo modo, não obstante o disposto nos artigos 53.º e 65.º, a Entidade Adjudicante não está sujeita ao pagamento de juros de mora por não execução ou por rescisão do contrato por parte do Adjudicatário por incumprimento se, e na medida em que, o atraso no pagamento da Entidade Adjudicante ou qualquer outro incumprimento das suas obrigações contratuais resultar de um acontecimento de força maior.
- 66.4. Se qualquer das partes considerar que ocorreram circunstâncias de força maior suscetíveis de afetar o cumprimento das suas obrigações, deve notificar imediatamente a outra parte e o Supervisor, fornecendo dados pormenorizados sobre a natureza, a duração provável e os efeitos prováveis das referidas circunstâncias. Salvo instrução em contrário por escrito do Supervisor, o Adjudicatário deve continuar a cumprir as suas obrigações contratuais na medida em que tal seja razoavelmente praticável e procurar todos os meios alternativos razoáveis para cumprir as obrigações cuja execução não seja impedida pela circunstância de força maior. O Adjudicatário só porá em prática esses meios alternativos após receber instruções nesse sentido do Supervisor.
- 66.5. Se o cumprimento das ordens do Supervisor ou o recurso a meios alternativos em conformidade com o disposto no artigo 66.º, n.º 4 implicar despesas suplementares para o Adjudicatário, o respetivo montante deve ser confirmado pelo Supervisor.

- 66.6. Se qualquer caso de força maior que ocorra se prolongar por um período de 180 dias, não obstante qualquer prorrogação do prazo de execução das obras que por esse motivo tenha sido concedida ao Adjudicatário, qualquer das partes terá o direito de rescindir o contrato mediante um pré-aviso de 30 dias à outra Parte. Se, no termo deste período de 30 dias, a situação de força maior se mantiver, o contrato terminará, ficando as partes, por conseguinte, em conformidade com a legislação que rege o contrato, desobrigadas da respetiva conclusão.

#### **Artigo 67.º - Morte**

- 67.1. Se o Adjudicatário for uma pessoa singular, o contrato termina automaticamente com a sua morte. Contudo, a Entidade Adjudicante examina as eventuais propostas dos herdeiros ou sucessores legais, se estes tiverem notificado a intenção de dar seguimento ao contrato.
- 67.2. Se o Adjudicatário for constituído por mais do que uma pessoa singular, em caso de morte de uma ou mais dessas pessoas, proceder-se-á à elaboração de um relatório acordado entre as Partes sobre o adiantamento das obras e a Entidade Adjudicante decidirá se rescinde ou se dá seguimento ao contrato em função do compromisso assumido pelos sobreviventes e pelos herdeiros ou sucessores legais, consoante o caso. A decisão da Entidade Adjudicante será notificada aos interessados no prazo de 30 dias a contar da receção de tal proposta.
- 67.3. Nos casos previstos no artigo 67.º, n.ºs 1 e 2, as pessoas que se ofereçam para continuar a executar o contrato devem notificar desse facto a Entidade Adjudicante no prazo de 15 dias a contar da data da morte.
- 67.4. Essas pessoas serão conjunta e solidariamente responsáveis pela correta execução do contrato ao mesmo título que o Adjudicatário falecido. A prossecução do contrato fica sujeita às regras relativas à constituição da garantia prevista no contrato.

## **RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

#### **Artigo 68.º - Resolução de litígios**

- 68.1. As Partes devem emvidar todos os esforços necessários para resolver amigavelmente qualquer litígio relacionado com o contrato que possa surgir entre elas, ou entre o Supervisor e o Adjudicatário.
- 68.2. Em caso de litígio, uma das Partes deve comunicar por escrito litígio à outra Parte a existência do litígio, declarando a sua posição sobre a questão, assim como qualquer solução que considere possível, solicitando uma resolução amigável. A outra Parte deve responder a este pedido de resolução amigável no prazo de 30 dias, manifestando a sua posição sobre a questão. Salvo acordo em contrário entre as Partes, o prazo máximo estabelecido para obter uma resolução amigável é de 120 dias a contar da data da notificação que desencadeou o procedimento. Se uma Parte não estiver de acordo com a proposta de resolução amigável da outra Parte ou não responder a esse pedido dentro do prazo previsto, ou se não se for obtida uma resolução do litígio no prazo máximo previsto, considera-se que o procedimento de resolução amigável falhou.

- 68.3. Na ausência de uma resolução amigável, uma das Partes pode comunicar à outra Parte por escrito a intenção de resolver o litígio através da conciliação por um terceiro. Se a Comissão Europeia não for Parte no contrato, pode ser-lhe solicitada a sua intervenção na qualidade de conciliador. A outra Parte deve responder a este pedido de conciliação no prazo de 30 dias. Salvo acordo em contrário das partes, o prazo máximo previsto para obter uma resolução amigável através do procedimento de conciliação é de 120 dias a contar da data da notificação que tiver desencadeado o procedimento. Caso uma Parte não atender ao pedido de conciliação apresentado pela outra Parte, ou não responder dentro do prazo previsto, ou se não for obtida uma resolução do litígio antes de terminado o prazo máximo, considera-se que o procedimento por conciliação falhou.
- 68.4. Se o procedimento de resolução amigável falhar e, se depois de ter sido solicitado, o procedimento de conciliação falhar também, cada uma das Partes pode remeter o litígio para uma decisão de um tribunal nacional ou de um tribunal arbitral, tal como especificado nas Condições Especiais.

#### **Artigo 69.º - Legislação aplicável**

- 69.1. O presente contrato é regido pelo direito do país da Entidade Adjudicante ou, se a Entidade Adjudicante for a Comissão Europeia, pelo direito da União Europeia, completado, se necessário, pelo direito belga.

## **DISPOSIÇÕES FINAIS**

#### **Artigo 70.º - Sanções administrativas e financeiras**

- 70.1. Sem prejuízo da aplicação de sanções contratuais, um Adjudicatário que tenha proferido falsas declarações, efetuado erros ou irregularidades substanciais ou fraude, ou não tenha respeitado as suas obrigações contratuais, pode ser excluído dos contratos e subvenções financiados pela UE por um período máximo de cinco anos a contar da data da infração, confirmada após procedimento contraditório com o Adjudicatário, em conformidade com o Regulamento Financeiro pertinente da UE. Este período pode ser aumentado para dez anos no caso de reincidência nos cinco anos subsequentes à primeira infração.
- 70.2. Além da sanção administrativa estabelecida no artigo 70.º, n.º 1, ou como alternativa, o Adjudicatário pode igualmente ser sujeito a sanções financeiras, representando 2 % a 10 % do valor total do contrato. Esta percentagem pode aumentar para um montante compreendido entre 4 % e 20 % no caso de reincidência nos cinco anos subsequentes à primeira infração.
- 70.3. se a Entidade Adjudicante tiver direito a aplicar sanções financeiras, pode deduzi-las de quaisquer quantias devidas ao Adjudicatário ou executar a respetiva garantia.

#### **Artigo 71.º - Verificações, controlos e auditorias por parte de organismos da União Europeia**



- 71.1. O Adjudicatário deve permitir que a Comissão Europeia, o Organismo Europeu de Luta Antifraude (OLAF) e o Tribunal de Contas Europeu verifiquem a execução do contrato, através do exame de documentos, podendo fazer cópias dos mesmos, ou de controlos no terreno, nomeadamente o controlo de documentos originais. Para efeitos destas verificações e auditorias, os organismos da UE mencionados anteriormente devem poder realizar uma auditoria completa, se necessário, com base em documentos comprovativos das contas, outros documentos contabilísticos ou relativos ao financiamento do projeto. O Adjudicatário deve garantir que o acesso ao local é possível durante um horário razoável, nomeadamente aos seus escritórios, aos seus dados informáticos, aos seus dados contabilísticos e todas as informações necessárias à realização das auditorias, incluindo informações relativas às remunerações individuais de pessoas envolvidas no projeto. O Adjudicatário deve assegurar a rápida disponibilização das informações no momento da auditoria, bem como a sua entrega, mediante pedido, num suporte adequado. Estas inspeções podem ser efetuadas durante um período de 7 anos após o pagamento do saldo final.
- 71.2. Além disso, o Adjudicatário deve autorizar o Organismo Europeu de Luta Antifraude a efetuar controlos e verificações no local, de acordo com os procedimentos previstos pela legislação da União Europeia, com vista à proteção dos interesses financeiros da União Europeia na luta contra eventuais fraudes ou irregularidades.
- 71.3. Para o efeito, o Adjudicatário compromete-se a facultar ao pessoal da Comissão Europeia, do Organismo Europeu de Luta Antifraude e do Tribunal de Contas Europeu, bem como às pessoas por eles mandatadas, o acesso às instalações e outros locais de execução do contrato, incluindo aos respetivos sistemas informáticos e ainda o acesso a todos os documentos e dados informatizados relativos à gestão técnica e financeira do projeto, e a tomar as medidas destinadas a facilitar essa tarefa. O acesso de pessoas mandatadas pela Comissão Europeia, pelo Organismo Europeu de Luta Antifraude e pelo Tribunal de Contas Europeu obedece a condições de estrita confidencialidade no que diz respeito a terceiros, sem prejuízo das obrigações de direito público a que estão sujeitas. Os documentos devem estar acessíveis e classificados de forma a permitir um controlo fácil, devendo o Adjudicatário informar a Entidade Adjudicante da sua localização exata.
- 71.4. O Adjudicatário compromete-se a assegurar que os direitos da Comissão, do Organismo Europeu de Luta Antifraude e do Tribunal de Contas Europeu no que respeita à execução de auditorias, controlos e verificações sejam igualmente aplicáveis, em igualdade de condições e segundo as modalidades previstas no presente artigo, aos eventuais subcontratantes ou outras partes que beneficiem dos fundos do orçamento da UE/do FED.

\* \* \*